

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad mira "caixa preta" de isenções fiscais..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula volta a cobrar redução dos juros..... 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Previsão de crescimento em 2023 sobe para 0,96%..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Unidos contra alíquota única de imposto - CAPITAL S/A..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de sites será cobrado na hora da compra, afirma Haddad..... 9

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil perde mais de R\$ 3,5 bi com fraudes em papel imune..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Horizonte fiscal" muda com decisão do STJ, vê Haddad..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Com reforma, déficit da Previdência da Prefeitura de SP cai pela metade..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Não há verba no INSS para quem está na fila, diz Lupi..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote de crédito é paliativo para o aperto monetário (Editorial)..... 19

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Advocacia-Geral da União pode entrar com recurso no STF sobre a revisão da vida toda
..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MPME
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma deve facilitar vida dos pequenos, dizem especialistas..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios e riscos do arcabouço fiscal (Artigo)..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Otimismo inicial com Lula deu lugar a cautela, dizem investidores estrangeiros..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca não terá mudança traumática	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Aprovação é difícil, segundo especialistas	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Simplifica Já deve elevar carga tributária, diz Appy	34
PORTAL UOL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Em recado ao governo, Tarcísio diz confiar no Congresso para manutenção das reformas -	35
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
No caminho do fim dos subsídios	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Jornalismo latino-americano viveu paradoxo na pandemia, conclui estudo	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O novo arcabouço é simples, previsível e crível? - CECILIA MACHADO	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Em nenhum país descumprir meta fiscal é crime, afirma Haddad	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Os fortes argumentos dos serviços na reforma tributária (Artigo)	46
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
De boas intenções (Editorial)	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado eleva para 6,04% estimativa para IPCA	48
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Fazenda vai divulgar CNPJs com isenções fiscais	49
O GLOBO - RJ - RIO ECONOMIA	
Carnaval de 2023: Rio bate recorde na arrecadação de ISS	51

Haddad mira "caixa preta" de isenções fiscais



Segundo o ministro da Fazenda, "lobbies ilegítimos" no Congresso e no Judiciário provocam perda de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos

Rosana Hessel Victor Correia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender o combate às renúncias fiscais e aos "ralos que se abrem para drenar os recursos públicos", a fim de arrecadar os cerca de R\$ 150 bilhões necessários para conseguir deixar em pé o novo arcabouço fiscal - o conjunto de regras encaminhado ao Congresso para evitar o aumento descontrolado da dívida pública.

O chefe da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu abrir a "caixa preta" das renúncias e incentivos fiscais, dando maior transparência sobre quem são os maiores beneficiários das isenções.

Ele reforçou que "meia dúzia" fazem lobbies "ilegítimos" no Congresso e no Judiciário e provocam perdas de cerca de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos. "Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar", disse, ontem, a jornalistas.

O ministro tem defendido essas medidas para fazer frente à fatura crescente de juros da dívida pública, "em torno de R\$ 700 bilhões por ano". Na semana passada, Lula mandou a equipe recuar na proposta de taxação das compras internacionais on-line de até US\$ 50 feitas por pessoas físicas. Haddad, contudo, tem sinalizado que mantém estudos para uma nova forma de tributar as gigantes internacionais do e-commerce e, para isso, cogita a criação de uma "digital tax".

"O imposto já existe, mas será recolhido na fonte, antes do envio da mercadoria. É importante salientar que não haverá criação ou majoração de tributo, somente a viabilização do recolhimento eletrônico facilitado.

A medida está em elaboração e será detalhada em breve", informou a assessoria da Fazenda.

O objetivo principal, segundo o órgão, é "garantir a concorrência justa para que o consumidor seja beneficiado no curto, médio e longo prazos".

Haddad ressaltou que o valor das renúncias é maior que o do orçamento secreto, mecanismo instaurado pelo Congresso na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para garantir o apoio dos parlamentares e que, de acordo com ele, movimentou cerca de R\$ 53 bilhões ao longo de três anos. O ministro cobrou apoio de economistas que defendem a redução das renúncias, mas criticam o novo arcabouço fiscal.

Analistas, contudo, apontam problemas na proposta enviada ao Legislativo - especialmente o fim de punições como o contingenciamento de despesas caso haja risco de descumprimento das metas orçamentárias. Além disso, especialistas criticam o fato de o governo buscar ajustar as contas por meio de aumento de receitas, em vez de revisar gastos.

Vale lembrar que o órgão encarregado de fazer avaliações das despesas, a recém-criada Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento, ainda não está totalmente estruturada.

Imposto de Renda

O chefe da Fazenda afirmou que as maiores renúncias tributárias ocorrem no âmbito do Imposto de Renda (IR). Ele adiantou que vai mudar a tributação diferenciada para fundos exclusivos, mas disse que não pretende mexer no Simples Nacional nem retomar a cobrança sobre a folha de pagamentos de empresas.

Além da **reforma tributária** sobre o consumo, que tramita no Congresso, ele ressaltou que o governo pretende realizar, neste ano, uma reformulação do IR.

da Fazenda

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/25/all.pdf>

Apesar de elogiar alguns pontos do novo arcabouço fiscal, Murilo Viana, especialista em contas públicas e consultor da GO Associados, mostrou preocupação com o recuo do governo na taxação das compras pelo e-commerce. "A proposta era impopular, mas o governo desistiu muito rápido por conta da repercussão negativa da medida. Isso pegou muito mal no mercado e aumentou a desconfiança sobre a capacidade de a nova gestão conseguir adotar medidas para aumentar a carga tributária, que já é bastante elevada em um sistema caótico", alertou.

Viana lembrou que o nível de gastos subiu significativamente no final do ano passado, com a aprovação da PEC da Transição, em grande medida, para suportar a expansão do valor e da cobertura do novo Bolsa Família. Portanto, observou, será difícil para o governo conseguir fechar as contas. O ideal, segundo ele, seria uma combinação mais equilibrada do ajuste, contemplando tanto o lado da receita quanto da despesa, "ainda que com maior peso para as receitas".

Para o advogado tributarista Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia, combater a sonegação, como vem defendendo Haddad, é papel do Estado, que precisa utilizar melhor os recursos tecnológicos que possui para isso.

Ele criticou o fato de o governo tentar se adequar ao novo arcabouço via aumento de receita em vez de começar logo a revisar os gastos ineficazes e o desperdício de dinheiro da União.

"O governo tem evitado atacar o problema das despesas, entre elas o tamanho do Estado, que tem uma ineficiência que poderia ser solucionada com uma boa reforma administrativa, que não sai. É preciso investir mais tempo nisso, porque o grande remédio é diminuir o gasto público", afirmou.

Em entrevista a jornalistas, Haddad reconheceu que está difícil para o governo conseguir fechar as contas em 2024, quando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado ao Congresso no último dia 14, prevê uma meta fiscal zerada, com margem de R\$ 28,8 bilhões de déficit ou superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública). "Eu estou menos preocupado com este ano do que com o ano que vem, evidentemente.

Porque, a partir de 2024, voltaremos a ter um regime fiscal mais rígido do que esse carnaval que foi feito no meio do ano passado", disse.

Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar" Fernando Haddad, ministro

Lula volta a cobrar redução dos juros

Vicente Nunes Correspondente

Lisboa - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou um seminário com empresários brasileiros e portugueses, em Matosinhos, norte de Portugal, para mandar recados políticos e exaltar feitos de seus dois governos anteriores. Criticou, mais uma vez, a taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano, definida pelo Banco Central (BC). "Ninguém consegue tomar emprestado dinheiro (para investimentos) com essa taxa". Afirmou ser uma "desfaçatez" a privatização da Eletrobras, cuja primeira medida, depois de vendida, foi "aumentar os salários dos diretores de R\$ 60 mil para R\$ 300 mil por mês". E ressaltou que, depois de seis anos, o Brasil saiu do "obscurantismo" para reconstruir políticas sociais, cujo desmonte recolocou o Brasil no mapa da fome.

A crítica velada ao BC ocorreu três dias após o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmar que a redução dos juros segue um tempo técnico, e não político. No evento, Lula conclamou os empresários de Brasil e Portugal a firmarem parcerias para gerar emprego e renda nos dois países. Garantiu que a economia brasileira conta com importantes pilares para atrair investimentos. "Temos estabilidade política, social e política. Temos credibilidade, mas não vamos mais vender patrimônio público", assinalou. No entender dele, é por meio dos investimentos que se poderá aumentar a produção local e não se precisará importar produtos da China, numa referência à guerra que o governo enfrenta em torno da proposta de taxação de compras on-line de até US\$ 50.

O líder brasileiro, que foi aplaudido de pé, fez questão de citar, nome por nome, deputados e senadores que integram sua comitiva a Portugal. "Estamos fazendo democracia da forma mais plural que podemos fazer", frisou. Acrescentou que está confiante no apoio necessário do Congresso para a aprovação de medidas de interesse do governo. Os dois principais projetos são o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. "Esses dias me perguntaram qual o tamanho da base do governo no Congresso. Respondi que temos 513 deputados e 81 senadores. Vamos ver o que vai acontecer com as votações", contou.

Polo de exportação

No entender de Lula, os empresários brasileiros não podem perder a oportunidade de se fixarem em Portugal, que pode se tornar um polo de exportação para a Europa. A EMBRAER está à frente, nesse

sentido, ao assinar, ontem, acordo com a portuguesa Ogma para a produção e manutenção dos aviões de defesa A-29 Super Tucano. O foco será a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Essa parceria também resultou na compra, pela Força Aérea Portuguesa, dos cargueiros KC-390, cuja primeira unidade levou Lula e o primeiro-ministro, António Costa, de Matosinhos para Lisboa.

No discurso, Lula desafiou a si e o primeiro-ministro português a elevarem a corrente anual de comércio entre Brasil e Portugal dos atuais US\$ 5,3 bilhões para US\$ 10 bilhões até o final de seus mandatos. Há, segundo o presidente, oportunidades em setores como energia renováveis, tecnologia da informação, aeroespacial, saúde e mobilidade urbana, sempre com prioridade para o desenvolvimento com inclusão social e sustentável. "O Brasil quer parceria, não hegemonia", afirmou.

Para Lula, depois dos primeiros três meses de seu governo, o Brasil está preparado para decolar. "Remontamos todas as políticas sociais. Incluímos novamente o povo no Orçamento", ressaltou. Ele destacou que, como presidente, está viajando pelo mundo para mostrar as oportunidades que o país oferece, ao contrário do que ocorreu nos últimos seis anos, "em que o Brasil não queria falar com ninguém e ninguém queria falar com o Brasil". Encerrou a sua fala sem tocar no nome da Ucrânia, ciente de que as recentes declarações sobre aquela nação lhe renderam críticas em todo o mundo. "Estou tentando parar de falar em guerra para construir a paz", limitou-se a dizer.

"Ninguém consegue tomar emprestado dinheiro (para investimentos) com essa taxa" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/25/all.pdf>

Previsão de crescimento em 2023 sobe para 0,96%



Em março, inflação no país desacelerou para todas as faixas de renda, mas, puxada pelo aumento dos combustíveis, ficou em 0,71%

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu de 0,9% para 0,96%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 1,41%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** em 1,7% e 1,8%, respectivamente.

A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a **inflação** oficial do país, também subiu, de 6,01% para 6,04% neste ano. Para 2024, a estimativa de **inflação** ficou em 4,18%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 4%, para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, a chance de a **inflação** oficial superar o teto da meta em 2023 é de 83%.

A projeção do mercado para a **inflação** de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em março, a **inflação** desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de

fevereiro, de 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Taxa de juros Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está nesse nível desde agosto do ano passado, e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre 2023 em 12,5% ao ano. Para o fim de 2024, a estimativa é que a taxa básica caia para 10% ao ano. Já para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 9% ao ano e 8,75% ao ano, respectivamente.

O patamar da Selic é motivo de divergência entre o governo federal e o Banco Central. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

A expectativa para a cotação do dólar está em R\$ 5,20 para o fim deste ano. Para o fim de 2024, a previsão é de que a moeda americana fique em R\$ 5,25.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/25/04/2023/p1>

Unidos contra alíquota única de imposto - CAPITAL S/A

Divulgação



amanta Sallum



Divulgação



SAMANTA SALLUM

Os presidentes da Confederação Nacional do Comércio, José Roberto Tadros, e da Confederação Nacional do Transporte, Vander Costa, estão unidos no posicionamento contra a alíquota única de imposto para bens e serviços proposta na **Reforma Tributária**. "Do jeito que está desenhado, o impacto sobre o consumidor será enorme, pois ele vai pagar mais no transporte, em serviços. Não é justo", apontam. Costa prestigiou, ontem, a inauguração do escritório internacional da CNC em Portugal.

Comitiva do DF em Lisboa

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, participou, ontem, do evento da CNC no World Trade Center, em Lisboa. Ela está na comitiva organizada pelo Sebrae-DF e pela Fecomércio-DF na missão oficial para intercâmbio de inovações no setor de turismo e economia criativa. A superintendente regional do Sebrae, Rose Rainha, participa da delegação. Junto com elas, o presidente da Fecomércio, José Aparecido Freire, e a chefe da Divisão de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Nara de Deus, estiveram presentes à solenidade na capital portuguesa.

Fundação Saramago apoia Chico Buarque

Fez parte da programação da CNC em Lisboa uma palestra com Sérgio Machado, diretor da Fundação José Saramago. A entidade tem uma parceria com o Sesc de apoio às artes literárias. Machado congratulou Chico Buarque pelo prêmio Camões, recebido ontem em Portugal. "Merecidíssimo!", destacou Machado.

Vila Galé

Também foram realizadas palestras com Diogo Ivo Cruz, diretor de projetos da Invest Lisboa, e Mariana Oliveira, do Departamento de Marketing da rede de hotéis Vila Galé, grupo com 37 unidades entre Portugal e Brasil.

Gastronomia brasileira

O evento foi animado por apresentações culturais brasileiras, como o boi-bumbá. No cardápio do coquetel, pirarucu e quitutes preparados especialmente pela equipe de gastronomia do Senac.

Ferrovias JK em programa especial de incentivos

A ligação ferroviária de Barra do São Francisco (ES) a Santa Maria (DF), segundo portaria do Ministério dos Transportes, foi enquadrada como projeto em Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi). Ele foi apresentado, em 2021, dentro do Marco Legal das Ferrovias.

Outorga de autorização

A legislação estimula a ampliação da malha ferroviária nacional pela iniciativa privada, por meio do instrumento da outorga por autorização. Desta forma, a empresa Petrocity assume todo o risco de colocar o projeto em pé.

Investimentos e empregos

Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 14,2 bilhões, sendo R\$ 13,5 bilhões na construção dos novos trilhos e mais R\$ 700 milhões para a manutenção, ao longo do percurso, de seis unidades de Transbordo e Armazenamento de Cargas (UTACs). O empreendimento deve gerar 214.349 empregos diretos, indiretos e efeito-renda.

5G alcança todo o DF

A TIM anunciou que está com o 5G presente em todas as regiões administrativas do DF. A operadora ampliou sua cobertura na unidade da federação, que foi a primeira do país a receber a tecnologia da quinta geração, em julho do ano passado. "Queremos que os consumidores brasileiros aproveitem o potencial do 5G da TIM, vivenciando as experiências inéditas possibilitadas por essa tecnologia", comentou Fabio Avellar, vice-presidente de Receitas da TIM Brasil.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Unidos contra alíquota única de imposto

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/25/all.pdf>

Imposto de sites será cobrado na hora da compra, afirma Haddad

ADRIANA FERNANDES MURILO RODRIGUES ALVES

O Ministério da Fazenda adotará um modelo que permitirá a cobrança do imposto na hora da compra dos produtos vendidos em plataformas internacionais de e-commerce, como Shein, Shopee e AliExpress.

Em entrevista ao Estadão, o ministro Fernando Haddad explicou a medida, que chamou de "plano de conformidade" da **Receita Federal**, necessário para garantir uma concorrência justa com as empresas de varejo instaladas no mercado interno brasileiro.

Segundo Haddad, é assim que funciona nos Estados Unidos e na Europa, onde todos os **impostos** devidos estão incluídos no preço.

O ministro antecipou que, a depender do ritmo das negociações, o governo pode estabelecer um plano provisório de conformidade para que o varejo e o setor de comércio eletrônico se reúnam com o compromisso de chegar a um denominador comum sobre o que é justo para os dois lados.

"Quando um consumidor comprar um bem, a empresa já está, pelo plano de conformidade, autorizando o poder público a descontar daquilo que o consumidor já pagou, o que ele deveria recolher", explicou o ministro da Fazenda.

ADESÃO.

Haddad informou que Shein, Shopee e AliExpress firmaram, em reunião com o Ministério da Fazenda, compromisso de aderir ao plano de conformidade. Ele também se reuniu, na semana passada, com dirigentes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), entidade que representa algumas das maiores empresas do setor no Brasil.

"Vai ficar difícil não aderir, porque todos estão à mesa reunidos, facilita muito a fiscalização.

Fica uma coisa transparente", afirmou Haddad.

Depois do recuo do governo em acabar com a isenção das compras feitas pelo e-commerce internacional feitas de pessoa física para a pessoa física até US\$ 50, os grandes varejistas nacionais criticaram a medida e pediram tratamento justo.

O recuo foi uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cobrou do Ministério da Fazenda uma alternativa após a repercussão negativa do anúncio do fim da isenção pela Receita. A medida nem chegou a ser tomada, mas provocou uma onda de informações desencontradas na população que compra produtos por meio dessas plataformas chinesas.

FRACIONAMENTO.

A Receita entende que as empresas estavam fracionando as compras, e se fazendo passar por pessoas físicas, para driblar a legislação.

Hoje, já existe a tributação de 60% sobre o valor da encomenda, mas que não tem sido efetiva. "A vida política é assim. Não vai ganhar todo o dia. O importante é ganhar o jogo. Vai tomar um gol de vez em quando. Se tiver capacidade de reação... Com tudo que é polêmica é assim", explicou o ministro sobre o recuo.

Segundo Haddad, as empresas asiáticas também se comprometeram com a fabricação no Brasil de parte da manufatura dos produtos vendidos aos brasileiros. A Shein, por exemplo, se comprometeu a nacionalizar 85% das vendas, em um arranjo com 2 mil produtores e impacto na criação de 100 mil empregos, segundo números dados pela empresa chinesa a Haddad.

"Acredito que é uma estratégia inteligente de descentralização da produção. O mercado brasileiro é enorme, pode exportar para a América do Sul inteira; os preços de confecção brasileira são competitivos e eles percebem a necessidade de descentralizar, não ficar com tudo num País só", disse Haddad. "Até porque hoje, com as tensões comerciais e geopolíticas em curso, qualquer empresário vai querer descentralizar suas atividades", completou.

"Quando um consumidor comprar um bem, a empresa já está autorizando o poder público a descontar daquilo que o consumidor já pagou, o que ele deveria recolher"

"Vai ficar difícil (a empresa) não aderir, porque todos estão à mesa reunidos, facilita muito a fiscalização" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil perde mais de R\$ 3,5 bi com fraudes em papel imune

O Brasil deixou de arrecadar R\$ 3,5 bilhões entre 2012 e 2021 por fraudes na utilização de um benefício fiscal previsto na Constituição e que isenta de **tributos** o papel usado em publicações de educação e cultura. Os valores que deixaram de ser arrecadados poderiam ter sido empregados em saúde, educação, segurança pública ou outras atribuições do poder público, além de ajudarem a equilibrar as contas públicas. Se não intensificar e tornar mais efetivo o combate à fraude, que também provoca concorrência desleal que prejudica as empresas que respeitam a lei, o país continuará perdendo esses recursos.

Quem faz o alerta é a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que representa 49 empresas e dez entidades estaduais de produtos originários do cultivo de árvores plantadas.

A entidade tem sido uma das vozes mais atuantes no enfrentamento dessa prática ilegal.

No Brasil, o Artigo 150 da Constituição Federal estabelece isenção de **impostos** na compra de papel para produzir livros, jornais, revistas e outros periódicos voltados à promoção da educação e da cultura. O desvio ocorre quando gráficas, editoras ou outras empresas autorizadas a operar com o chamado papel imune se valem do benefício para elaboração de produtos comerciais, como folhetos, catálogos e embalagens, entre outros, em claro desvio de finalidade.

Segundo Carlos Mariotti, gerente de Política Industrial da Ibá, o papel comercial é 57,7% mais caro que o papel imune, considerando **tributos** incidentes como ICMS, PIS, Cofins, IPI e II. Deste modo, o desvio de finalidade do papel imune lesa o país de diferentes maneiras. "A perda de arrecadação tira do poder público recursos que poderiam ser investidos em melhorias para a sociedade como um todo.

Concorrencialmente, distorce e torna o mercado desigual, uma vez que quem opera ilegalmente o papel imune trabalha com preços abaixo do mercado porque deixa de recolher os **impostos** devidos", explica. A Ibá estima que quase metade do papel comprado com isenção tributária seja desviada para finalidades comerciais. Dos R\$ 3,5 bilhões que deixaram de ser arrecadados na última década, 55% correspondem a **impostos** federais, e 45%, a **tributos**

estaduais. Entre os estados mais afetados estão São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, que respondem por R\$ 1 bilhão das perdas.

MEDIDAS PARA COMBATER A FRAUDE Nos últimos anos, a Ibá vem atuando junto a outras entidades da cadeia produtiva e de maneira colaborativa com os Fiscos federal e estaduais para defender maior rigor na concessão do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), que autoriza empresas a operar com papel imune, e no aprimoramento no Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune (Recopi Nacional), que monitora e controla as operações com o benefício fiscal.

Além disso, apoia um esforço maior de fiscalização por parte do governo federal e dos estados. O trabalho junto à **Receita Federal** ocorre há alguns anos e apresenta avanços importantes. Desde 2018, o papel imune passou a ser incluído no Plano Anual de Fiscalização do órgão e, no final de 2021, o Fisco e a Ibá firmaram acordo de cooperação técnica para a detecção de fraudes fiscais e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização.

Paralelamente, a associação vem intensificando o apoio aos governos estaduais para regularização e aprimoramento do Recopi, além de propor a celebração de acordos de parceria técnica nos mesmos moldes do que foi firmado com a **Receita Federal**.

- A Ibá - segundo o embaixador, José Carlos da Fonseca Jr., diretor executivo da Ibá, - continuará com seu diálogo permanente com as secretarias da Fazenda e a **Receita Federal**, apoiando os órgãos e se colocando à disposição para reforçar inteligência, aprimorar mecanismos e, se possível, encontrar soluções complementares que fortaleçam esse combate ao desvio de finalidade do papel imune.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>



45% 
do papel imune
é desviado para
fins comerciais.



57,7% 
é a diferença tribu-
tária entre o papel
imune e o comercial.



R\$ 3,5 bilhões 
foi a evasão
fiscal em 10 anos.



55% 
é a parcela
perdida pelo
governo federal.



45% 
são perdas
dos estados.

"Horizonte fiscal" muda com decisão do STJ, vê Haddad



Ministro Fernando Haddad (Fazenda): "Bilhões que são drenados dos cofres públicos para beneficiar meia dúzia de empresas" com mecanismo de JCP

Lu Aiko Otta De Brasília

Com o desafio de elevar receitas para fazer o ajuste fiscal sem comprometer políticas públicas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniu-se ontem com o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves, relator do processo que discute a exclusão, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos benefícios do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos a empresas.

Depois de adiamentos, o caso pode ser julgado nesta quarta.

"Ninguém suporta mais tanta insegurança jurídica, tanto lobby", afirmou Haddad.

A decisão pode "mudar completamente o horizonte fiscal do país", avaliou o ministro. Não só por causa dos R\$ 47 bilhões em receitas previstas para 2024, mas também pelo sinal que dará sobre como o Judiciário pretende conduzir o debate sobre gastos tributários. É uma conta de R\$ 600 bilhões sobre a qual o ministro quer lançar luz, divulgando os nomes dos beneficiados.

Sua meta é cortar 25% dela.

Para especialistas, porém, a medida é de difícil aprovação e também há dúvidas sobre seu impacto na arrecadação (leia reportagem abaixo).

Haddad acrescentou que mandou sua equipe estudar o uso do mecanismo de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Avalia que estão ocorrendo abusos.

São todas iniciativas para recompor a base tributária do Estado, que o ministro considera corroída por benefícios "ilegítimos" e "anômalos". Sem enfrentar essa agenda, disse, surgem recomendações como a contenção do salário mínimo e outras políticas sociais para ajustar as contas públicas.

Para 2024, o governo espera obter R\$ 155 bilhões em receitas adicionais com medidas nessa linha.

A proposta do novo arcabouço fiscal tem sido criticada por alguns especialistas por depender excessivamente do aumento de carga tributária. Haddad tem dito que pretende elevar receitas sem criar **impostos** novos nem elevar alíquotas.

O ministro classificou de "escândalo" o uso do mecanismo de JCP no Brasil. "Bilhões que são drenados dos cofres públicos para beneficiar meia dúzia de empresas que fazem engenharia tributária em cima de um dispositivo legal que hoje está sendo abusado", afirmou.

Ele comentou que o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** discute um auto de infração de R\$ 14 bilhões aplicado sobre uma empresa, "por ter artificialmente inflado seu capital e declarado juro sobre capital próprio".

Sobre a questão do ICMS discutida no STJ, Haddad comentou que o tema "vai acabar" no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim, disse, está pouco preocupado com o impacto fiscal da decisão neste ano. O foco é em 2024, quando o país passa a ter, novamente, um regime fiscal robusto em vez do "carnaval" que se instalou desde 2022. "Qual é o país do mundo que subvenciona custeio?", questionou. "Foi um jabuti criado ali que criou um ralo de quase R\$ 90 bilhões." Os benefícios tributários são "a maior caixa-preta do Brasil", afirmou.

Entre os benefícios fiscais previstos em lei, que somam algo como R\$ 500 bilhões, e o que não estão em lei, mas na prática são "ralos" abertos na arrecadação, outros R\$ 100 bilhões, a conta chega a

R\$ 600 bilhões. "Dá quase R\$ 600 bilhões que a União perde em nome de meia dúzia que fazem lobby no Congresso e no Judiciário." "Defendo a explicitação dos beneficiários", disse. Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", Haddad prometeu divulgar os CNPJs de todos os que desfrutam de benefícios tributários. E acrescentou que, se depois de tornados públicos os destinatários das desonerações o Congresso Nacional decidir manter os benefícios, será uma decisão legítima da sociedade.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1§ion=1)**

Com reforma, déficit da Previdência da Prefeitura de SP cai pela metade

CLEIDE SILVA

Após colocar em prática um regime próprio de Previdência, o município de São Paulo reduziu à metade o rombo anual com pagamentos a aposentados e pensionistas do sistema público. Em valores anuais, o déficit financeiro, que era de R\$ 5,6 bilhões em 2020, caiu para R\$ 2,9 bilhões no ano passado.

As projeções para este ano apontam para nova queda.

Com isso, sobra mais dinheiro do Tesouro para investimentos em áreas como infraestrutura, transporte, saúde e educação.

Em rota oposta, os investimentos e as inversões aumentaram para R\$ 5,9 bilhões em 2022, ante R\$ 3,6 bilhões dois anos antes. A redução do déficit e a sobra maior de recursos são frutos da junção das novas regras estabelecidas pela reforma previdenciária feita pela União em 2019 com medidas extras da Lei Orgânica do Município que entraram em vigor em 2021.

Entre as novas regras estão o aumento da base de contribuição de aposentados e pensionistas e o repasse da arrecadação local do Imposto de Renda para o recém-criado fundo de capitalização previdenciária.

"A Prefeitura de São Paulo está fazendo o dever de casa, e seu equacionamento previdenciário é um dos mais avançados do País", diz Raul Velloso, consultor e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento.

O município de São Paulo tem 233 mil beneficiários do sistema da previdência. Só perde, em volume, para a União e para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

SUPERÁVIT.

Velloso, economista que há dez anos se dedica a estudar o tema da Previdência e responsável pelo estudo que aponta a evolução do déficit financeiro de São Paulo e o impacto no caixa do Tesouro, diz que, sem a reforma, a cidade poderia passar os próximos 14 anos com investimentos abaixo de R\$ 2 bilhões,

até zerar em 2036.

Dados do Instituto de Previdência Municipal São Paulo (Iprem) confirmam a redução do rombo, embora as contas do órgão sejam feitas com base no déficit atuarial (projeta os próximos 75 anos da previdência).

Por essa conta, a capital paulista conseguiu reduzir seu déficit em quase R\$ 100 bilhões.

De 2020 para 2022, o rombo acumulado caiu de R\$ 173 bilhões para R\$ 75,7 bilhões. Neste ano, até março, está em R\$ 78,9 bilhões, mas a tendência é de redução ao longo dos próximos meses. O montante anualizado para março já inclui o primeiro superávit obtido após a reforma municipal, de R\$ 6,8 bilhões no Fundo Previdência (Funprev), fundo capitalizado criado no pacote de novas medidas da reforma municipal.

Márcia Ungaretti, superintendente do Iprem, afirma que a expectativa é de que, até o fim do ano, o atual déficit seja reduzido e que o superávit da Funprev aumente, resultando em um saldo negativo ainda menor em relação ao do ano passado.

Ela ressalta que isso depende de uma série de variáveis, pois os estudos atuariais levam em conta dados como idade média do pessoal da ativa e dos aposentados, mortalidade e crescimento do número de inativos. "Com a reforma, conseguimos ampliar a capacidade do município de investir em outras áreas", afirma Márcia.

Segundo ela, a previsão é de que o déficit previdenciário dos servidores municipais seja zerado até 2035, fato nunca ocorrido desde que o regime foi criado. A evolução da dívida previdenciária de São Paulo melhora após as novas regras da reforma de 2019, que, entre outras medidas, elevou a idade mínima de aposentadoria e do tempo de contribuição para trabalhadores do regime geral (**INSS**) e dos **servidores públicos**.

Mas a redução mais consistente do déficit começou a ocorrer a partir das medidas do regime próprio, há dois anos.

INVESTIMENTOS.

O estudo e as sugestões de medidas para a Prefeitura de São Paulo foram desenvolvidos e assessorados pela Fundação Instituto de Administração (FIA Business School). O então prefeito Bruno Covas decidiu adotar as recomendações da instituição, compromisso mantido pelo seu sucessor, Ricardo Nunes.

O professor da FIA Edmar Veloso lembra que o caixa da Previdência estava vazio e o município tinha de cobrir o déficit, o que consumia em média R\$ 7 bilhões ao ano, além das contribuições obrigatórias.

"A Previdência estava sangrando a capacidade de investimento de São Paulo e em pouco tempo não seria mais possível arrumar as ruas, fazer asfalto, usar recursos para saúde, novos hospitais etc."

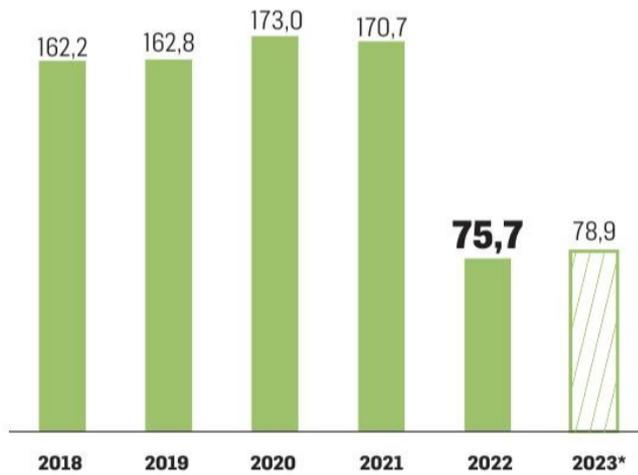
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ROMBO EM QUEDA

Reforma reduz déficit previdenciário na cidade de São Paulo

Déficit atuarial acumulado

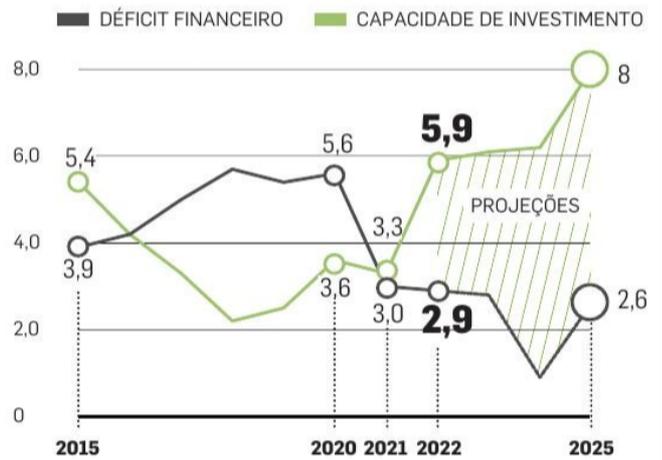
EM BILHÕES DE REAIS



* DADOS ATÉ MARÇO, QUE DEVEM MUDAR AO LONGO DO ANO

Déficit financeiro anual x capacidade de investimento

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: IPREM/ RAUL VELLOSO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Não há verba no INSS para quem está na fila, diz Lupi

Os recursos que constam no Orçamento de 2023 não serão suficientes para pagar a conta de benefícios previdenciários, se o governo for bem-sucedido em seu objetivo de reduzir a fila para atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), segundo o ministro da Previdência, Carlos Lupi.

Ele reuniu-se com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo Lupi, há hoje na fila 1,8 milhão de pessoas esperando seu benefício previdenciário.

Desses, cerca de 1 milhão dependem de perícia.

A intenção do governo é, até o fim do ano, reduzir o tempo de espera pelo benefício para 45 dias, na média. Hoje, só 25% dos pedidos são atendidos nesse prazo.

De 30% a 40% são atendidos em 90 dias e o restante, em prazo superior. Alguns chegam a um ano, disse o ministro.

Os recursos que estão no Orçamento consideram apenas o crescimento vegetativo da folha previdenciária, que corresponde ao acréscimo de 1 milhão de pessoas por ano. Não considera a redução da fila, que pode acrescentar mais 800 mil a 900 mil pessoas na folha.

Lupi disse não saber de quanto faltará para fechar as contas. Isso está sendo calculado, informou.

No Orçamento, estão previstos R\$ 865 bilhões para despesas com benefícios previdenciários

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187527?page=1§ion=1>

Pacote de crédito é paliativo para o aperto monetário (Editorial)

O pacote de crédito que o governo pretende executar é um paliativo diante de uma situação incontornável: a política monetária restritiva encarece e reduz a oferta de empréstimos para toda a economia. As 13 medidas com foco no crédito, mais três relacionadas às Parcerias Público-Privadas (PPPs), são um amarrado de projetos, muitos dos quais dependem da boa vontade do Congresso, sem efeito imediato.

Os dados do crédito neste ano acenderam sinal de alerta. O volume de crédito dos bancos caiu 0,3% no primeiro bimestre, para R\$ 5,3 trilhões, não repondo a **inflação** do período. Apenas em fevereiro, as novas concessões despencaram 9,5%. A inadimplência está em alta.

A situação piorou a partir da segunda quinzena de janeiro depois da eclosão da crise da Americanas. Na sequência, outras grandes empresas mostraram dificuldades como a Oi e a Light. Dados da Serasa Experien revelaram que, no primeiro trimestre houve um aumento de 37,6% nos pedidos de recuperação judicial frente ao mesmo período de 2022, enquanto as solicitações de falências subiram 44,1%. O crédito para as famílias também está mais caro e escasso.

O Banco Central reduziu a previsão de crescimento do crédito neste ano de 8,3% para 7,6%, no último Relatório Trimestral de **Inflação** divulgado. A estimativa é até mais pessimista do que a do mercado. A Febraban espera avanço de 8,3% no ano, bem abaixo dos 12,8% de 2022.

Ainda assim, a avaliação é apoiada na expectativa de que o governo Lula deve estimular o crédito direcionado, baseado em fontes subsidiadas de recursos, que representavam 41,5% do estoque de crédito ao fim do ano passado, bem acima dos 4% da média dos países, como disse o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ao falar em evento em Londres, na semana passada.

O pacote de crédito do governo Lula não trata desse tipo de problema. Entre as propostas estão três projetos que já tramitam no Congresso, que o Ministério da Fazenda gostaria de agilizar. Uma delas é o novo marco de garantias, enviado ainda no governo Bolsonaro. O projeto flexibiliza o uso de imóveis e bens móveis, mesmo ainda não quitados, como garantia para empréstimos, cujo custo poderia

baratear. Um dos problemas é que a garantia poderia servir para vários empréstimos, o que levanta problemas legais para a definição de prioridades em caso de necessidade de execução.

Uma sugestão antiga do mercado foi incluída e envolve usar recursos de planos de **previdência complementar** e seguros pessoais como garantia na tomada de crédito, a juros mais baratos. A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) estima demanda para 5% a 10% das reservas previdenciárias, que somam R\$ 1,2 trilhão, e poderiam lastrear R\$ 60 bilhões a R\$ 120 bilhões em crédito.

O mercado de capitais é especialmente beneficiado com a proposta de se simplificar a emissão de debêntures e permitir em decreto a emissão de debêntures com isenção de Imposto de Renda (IR) para investimento em projetos nos setores de educação, saúde, segurança pública, sistema prisional, parques urbanos, unidades de conservação, equipamentos culturais e esportivos, habitação social e requalificação urbana. Projeto de lei será enviado ao Congresso para proteger investidores minoritários de empresas que sofreram fraudes e poderão propor ação civil coletiva de responsabilidade dos controladores e administradores para pedir ressarcimento por eventuais prejuízos.

Um dos pontos polêmicos no pacote é a elevação do "mínimo existencial" da Lei do Superendividamento dos R\$ 303 em vigor para R\$ 600, que é o valor que precisa ser preservado para a subsistência do tomador de crédito. Para os bancos, a medida pode surtir efeito contrário ao desejado, já que reduz a disponibilidade de recursos para pagar prestações de empréstimos. Com isso, a oferta pode diminuir.

Diante da situação atual do crédito no país, o pacote é uma resposta que deixa a desejar. Muitas medidas parecem dispersas e não relacionadas, como a que aponta o Banco Central como responsável pelo real digital. Muitas não são novas e não foram adiante no passado. As que valem a pena surtirão resultado mais a longo prazo se forem adiante no Congresso ou saírem a contento das pranchetas dos técnicos. Resta à Fazenda se empenhar para que o pacote não pareça apenas uma jogada de marketing e que resulte em benefício palpável para os tomadores de crédito.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1§ion=1)**

Advocacia-Geral da União pode entrar com recurso no STF sobre a revisão da vida toda

Economia

**/
Do R7**

A AGU (Advocacia-Geral da União) está analisando o acórdão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a revisão da vida toda de aposentados e pensionistas, e pode entrar com recurso, chamado de embargos de declaração.

Segundo o órgão, existem pontos a serem esclarecidos para que o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) possa ter melhores condições de cumprir o que foi decidido pela Corte.

"A AGU está analisando o acórdão do STF e, ao menos de forma preliminar, entende necessário o esclarecimento de alguns pontos para que o **INSS** possa ter melhores condições de cumprir o decidido pela Corte", afirma o órgão em nota.

No entanto, o AGU não detalhou quais seriam esses pontos. "Ainda não é possível fazer esse detalhamento, visto que o processo de análise do acórdão está em andamento", acrescentou. O prazo para apresentar os embargos de declaração vai até a próxima sexta-feira, dia 28 de abril.

No último dia 13 de abril, foi publicada a decisão final do STF sobre a revisão da vida toda, garantindo a correção no benefício aos aposentados e pensionistas quem entrarem com ação.

O acórdão traz o que a Corte já havia determinado no final do ano passado, que os segurados podem escolher a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria.

Com isso, toda a vida contributiva pode ser considerada no cálculo da aposentadoria e outros benefícios do **INSS**, com exceção do auxílio-maternidade.

Até então, só eram consideradas as contribuições a partir de julho de 1994, início do Plano Real, o que prejudicava beneficiários que tiveram salários mais altos antes do período.

A medida vale para quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da Reforma da Previdência de 2019. Mas pode não ser vantajosa para todos. Por exemplo, para quem ganhava menos e passou a ganhar mais nesse período, os valores menores entram na conta e, com isso, pode diminuir o benefício em vez de aumentá-lo.

Caso a AGU entre com ação, será aberto um prazo para as manifestações, antes do pedido de embargos ser julgado. Só depois disso, é considerado o trânsito em julgado, ou seja, processo é finalizado, não cabendo mais recurso.

O advogado João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do Aith, Badari e Luchin Advogados, afirma que não há cabimento de embargos de declaração no que foi decidido pelo Supremo. "No acórdão, pela nossa leitura, não existe qualquer omissão, contrariedade ou obscuridade", analisa Badari.

"Espero que esses embargos de declaração não sejam meramente procrastinatórios, só para demorar no cumprimento do que foi decidido pelo STF, sabendo que tem pessoas com idade avançada, doentes, que estão esperando essa decisão, o cumprimento de justiça a esses aposentados", acrescenta o advogado.

De acordo com o **INSS**, a revisão pode causar impacto direto de R\$ 120 bilhões e de R\$ 360 bilhões ao longo de 15 anos. A medida envolve 51 milhões de benefícios ativos e inativos. A decisão coincide com declarações do ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, de que o **INSS** não tem recursos no orçamento para reduzir filas.

O **INSS** afirma, em nota, que segue atuando junto à AGU e ao Judiciário para "encontrar a melhor solução para atender o segurado".

"É importante destacar que o Instituto já realiza revisões administrativas, mas ainda não implantou o serviço específico para a revisão da vida toda. Nesse sentido, o beneficiário deve ficar atento e recusar qualquer oferta ou contato que ofereça liberar qualquer revisão ligada ao **INSS**", informa o instituto.

O Instituto ressalta ainda que só entra em contato com o segurado por meio de seus canais oficiais: a Central Telefônica 135 e o Meu **INSS**. "Tão logo sejam definidos o fluxo e os procedimentos para o recebimento e análise dos pedidos específicos da revisão da vida toda, será feita ampla divulgação pelo site oficial gov.br/[inss](https://gov.br/inss)."

A medida vale para quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da Reforma da Previdência de 2019. Se fizer mais de dez anos, não pode mais pedir a revisão.

É preciso fazer cálculo e apresentar toda a documentação para ver se realmente os maiores salários de contribuição estão antes de julho de 1994. A maioria das pessoas começa recebendo menos e, ao longo dos anos, passa a receber mais. A revisão da vida toda é vantajosa para quem ganhava mais e passou a receber menos.

Quem se aposentou após 13 de novembro de 2019, só cabe revisão da vida toda se foi por meio do direito adquirido, ou seja, se já tinha cumprido todos os requisitos de aposentadoria antes da reforma da previdência.

Aposentadoria por idade

Aposentadoria por tempo de contribuição

Aposentadoria especial

Aposentadoria por deficiência

Aposentadoria por invalidez

Pensão por morte

5) Cálculo da aposentadoria da pessoa com deficiência

Antes

da reforma da Previdência, os benefícios previdenciários eram

calculados conforme a Lei nº 9.876/89, mas a aposentadoria da pessoa com

deficiência era regulamentada pela Lei Complementar nº 142. Apesar de

ter terem as regras muito parecidas, há diferenças. Além do cálculo da

média dos 80% maiores salários, a pessoa com deficiência poderia se

aposentar com menos tempo de contribuição: 25, 29 ou 33, dependendo do

grau de deficiência. Nesses casos, a aplicação do fator previdenciário

seria opcional e poderia ser usado se trouxesse mais vantagens para o

trabalhador.

Com a reforma, veio uma mudança nas regras das

aposentadorias e passou a ser considerada a média de 100% dos salários.

Com isso, você teria uma porcentagem de acordo com o tempo que

contribuiu a mais: 20 anos (homem) e 15 anos (mulher). orém, o Artigo nº

22 da emenda constitucional diz que até que uma lei discipline a

aposentadoria da pessoa com deficiência, os benefícios continuariam

sendo calculados conforme estabelece a Lei Complementar 142.

Ou seja, é um benefício que mesmo após a reforma ainda tem de ser calculado na regra antiga.

"O

INSS se posicionou em alguns casos afirmando que as aposentadorias das

pessoas com deficiência serão calculadas pelas novas regras. Isso é

ilegal e inconstitucional', diz Magalhães.

Para o advogado,

se considerarmos que o artigo 22 prevê expressamente que enquanto não

houver outra lei, vai ter de ser calculado exatamente como a lei

complementar.

Pixabay

O trabalhador brasileiro conta com novas regras para se aposentar desde a reforma da Previdência, que começou a valer em 13 de novembro de 2019. Entre elas: idade mínima passou a ser de 65 anos (homens) e de 62 anos (mulheres). Com as novas regras, boa parte dos trabalhadores terá de trabalhar mais tempo para conseguir se aposentar. A pedido do R7, os advogados João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, e Giovanni Magalhães, especialista em cálculos previdenciários da ABL Calc, listaram cinco revisões da aposentadoria que podem ser solicitadas após a reforma da Previdência. Clique nas imagens acima e confira:

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

1) Revisão dos adicionais de ação trabalhista

Quem ganhou uma reclamação trabalhista e se aposentou depois da reforma da Previdência pode computar o tempo de serviço que a ação reconheceu como vínculo empregatício e adicionou no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) porque serão contabilizadas também todas as contribuições feitas ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) neste período. 'Esse período adicional também pode ser utilizado, inclusive, se era o tempo que faltava para se aposentar na regra antiga', diz Badari que acrescenta: 'isso é possível porque, nesse caso, o segurado já tinha os requisitos para se aposentar antes da reforma'.

Reprodução/Pixabay

2) Revisão do erro de cálculo da concessão

Badari diz que há um grande percentual de erro nas concessões de aposentadoria pelo **INSS**. Por isso é importante pedir uma cópia do seu processo para verificar possíveis erros. 'Isso vale até mesmo para analisar qual seria o melhor benefício para o segurado.' Entre os erros mais frequentes, estão: falta de inclusão de períodos especiais no cálculo; ausência de vínculos na aposentadoria; e não incluir salários de contribuição menores que os recolhidos ou, até mesmo, inexistentes.

Marcos Santos/USP Imagens

3) Inclusão da atividade especial Com a reforma da Previdência, não é mais permitido converter o período trabalhado em atividade especial (insalubridade, caso dos profissionais da saúde) em atividade comum. No entanto, dá para computar esse período que o trabalhador exerceu antes de 13 de novembro de 2019.

Para homens, a cada dez anos trabalhados, há o acréscimo de 1,4 ano. Para mulheres, é de 1,2 ano.

Marcelo Oliveira/EFE - 22.03.2021

4) Inclusão da contribuição como servidor público

O segurado do **INSS** que trabalhou por um tempo como servidor público vinculado a um RPPS (Regime Próprio de **Previdência Social**) poderá contabilizar esse período no cálculo da aposentadoria do regime geral. Para isso, ele deve solicitar a emissão da CTC (Certidão do Tempo de Contribuição) para o RPPS e enviar o pedido de análise ao **INSS**.

É importante destacar que se o segurado optar por transferir este período para o **INSS**, não poderá utilizar esse tempo no regime anterior, caso queira reivindicar a previdência no RPPS.

Antonio Cruz/Agência Brasil

5) Cálculo da aposentadoria da pessoa com deficiência

Antes

da reforma da Previdência, os benefícios previdenciários eram

calculados conforme a Lei nº 9.876/89, mas a aposentadoria da pessoa com

deficiência era regulamentada pela Lei Complementar nº 142. Apesar de

terem as regras muito parecidas, há diferenças. Além do cálculo da

média dos 80% maiores salários, a pessoa com deficiência poderia se

aposentar com menos tempo de contribuição: 25, 29 ou 33, dependendo do

grau de deficiência. Nesses casos, a aplicação do fator previdenciário

seria opcional e poderia ser usado se trouxesse mais vantagens para o

trabalhador.

Com a reforma, veio uma mudança nas regras das

aposentadorias e passou a ser considerada a média de 100% dos salários.

Com isso, você teria uma porcentagem de acordo com o tempo que

contribuiu a mais: 20 anos (homem) e 15 anos (mulher). orém, o Artigo nº

22 da emenda constitucional diz que até que uma lei discipline a

aposentadoria da pessoa com deficiência, os benefícios continuariam

sendo calculados conforme estabelece a Lei Complementar 142.

Ou seja, é um benefício que mesmo após a reforma ainda tem de ser calculado na regra antiga.

"O

INSS se posicionou em alguns casos afirmando que as aposentadorias das

pessoas com deficiência serão calculadas pelas novas regras. Isso é

ilegal e inconstitucional', diz Magalhães.

Para o advogado,

se considerarmos que o artigo 22 prevê expressamente que enquanto não

houver outra lei, vai ter de ser calculado exatamente como a lei

complementar.

Pixabay

O trabalhador brasileiro conta com novas regras para se aposentar desde a reforma da Previdência , que começou a valer em 13 de novembro de 2019. Entre elas: idade mínima passou a ser de 65 anos (homens) e de 62 anos (mulheres). Com as novas regras, boa parte dos trabalhadores terá de trabalhar mais tempo para conseguir se aposentar. A pedido do R7 , os advogados João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, e Giovanni Magalhães, especialista em cálculos previdenciários da ABL Calc, listaram cinco revisões da aposentadoria que podem ser solicitadas após a reforma da Previdência. Clique nas imagens acima e confira:

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Site: <http://noticias.r7.com/economia/advocacia-geral-da-uniao-pode-entrar-com-recurso-no-stf-sobre-a-revisao-da-vida-toda-25042023>

Reforma deve facilitar vida dos pequenos, dizem especialistas

Guilherme Caldas

Para a professora Lorreine Messias, do Núcleo de Pesquisas em Tributação da Faculdade de Economia do Insper, um dos caminhos para a mudança é observar os métodos de outros países e adequar as medidas à realidade brasileira.

"A gente precisa olhar para onde deu certo. Alguns países definem as taxas sobre um empreendimento não só pelo faturamento, mas pelo tempo de mercado e setor de atuação. É essencial que se considerem esses outros fatores, porque eles juntos podem mostrar a situação real da empresa." Messias também ressalta a importância de rever gastos que não estão incluídos na carga tributária, mas tornam-se obrigatórios pelo modo como os **impostos** são cobrados. "O sistema de tributação brasileiro gera muitos gastos acessórios, como a necessidade de advogados e contadores, que demandam muito de qualquer organização, especialmente das menores." O mesmo afirma Martinho Isnard, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP. Para ele, um caminho para diminuir a burocracia seria mudar a forma de aplicação dos **tributos**.

"Hoje, a tecnologia permite que o governo tenha acesso aos dados das transações de uma organização. Não existe necessidade de o empreendedor declarar tudo que ganhou e gastou. O Estado teria plenas condições de fazer isso e facilitaria muito a vida dos pequenos negócios." Isnard também afirma que deixar de se preocupar com eventuais problemas tributários possibilitaria que o empreendedor tivesse mais recursos humanos e financeiros para focar outras áreas.

"As empresas têm um contador exclusivamente para a parte fiscal. Isso impede que muitas delas possam contar com esse profissional para ajudar no seu gerenciamento, o que seria importante para a saúde financeira e crescimento dos negócios." O presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Décio Lima, também ressalta a necessidade de se reduzir as obrigações dos empreendedores.

"O Estado brasileiro ainda é muito envolto em burocracia e faz exigências que não têm cabimento. Qualquer revisão precisa partir do princípio de que o

pequeno empresário não tem nada a esconder. Não é ele que está na pauta da sonegação." Para Lima, a legislação brasileira atual precisa de mudanças, mas não pode ser completamente extinta. "Temos excelentes marcos regulatórios, como o Simples Nacional [regime especial que reúne seis **tributos** federais]. O que precisa é ajustar pontos da legislação para simplificar ainda mais." Lima acrescenta a necessidade de se atentar às diferenças na tributação sobre empresas maiores e menores. "O ponto principal a ser ajustado é a progressividade. Não há meios de fomentar uma mentalidade empreendedora no brasileiro sem facilitarmos a vida dos pequenos e médios. Para isso, precisamos garantir que eles paguem proporcionalmente menos do que empresas maiores e mais consolidadas." Envie sua pergunta sobre empreendedorismo para o email mpme@grupofolha.com.br.

A equipe da seção selecionará mensagens para serem respondidas por especialistas na área.

LEITOR PERGUNTA

"Quais seriam os principais pontos de uma **reforma tributária** para auxiliar os micros, pequenos e médios empreendedores?" (Vitor Maradei, 59, São Paulo, empreendedor)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50256&maxTouch=0>

Desafios e riscos do arcabouço fiscal (Artigo)

Jorge J. Okubaro JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO "O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)" (EDITORA TERCEIRO NOME)

Resistências e críticas à proposta de arcabouço fiscal encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Nacional na semana passada surgiram à esquerda e à direita, e não apenas no ambiente político-parlamentar. Talvez isso possa significar que, para estruturar a proposta, a equipe coordenada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha buscado o caminho médio entre os muitos rumos examinados. Se verdadeira essa hipótese, pode até ter sido um bom método de trabalho, que implicou escolhas políticas. Nem por isso, porém, será fácil a trajetória do projeto. São muitos os riscos de que ele acabe desagradando a todos.

Há, da direção do Congresso, disposição de acelerar a tramitação da proposta. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), disse que a votação poderá ser concluída até o dia 10 de maio, embora o governo ainda não tenha assegurado votos suficientes (257) para a aprovação. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de sua parte, assegurou que o projeto "será aprovado" também com presteza na Casa que preside, ainda que com "eventuais mudanças" para torná-lo melhor. Nem a instalação, nos próximos dias, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atentados à democracia praticados em 8 de janeiro prejudicará a tramitação do projeto, previu Pacheco. "Temos senso de urgência em relação ao arcabouço fiscal." Tal disposição não é observada, porém, na base governista. A bancada do PT na Câmara afirmou que as propostas do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, ainda em elaboração, destinam-se a superar problemas gerados por governos anteriores "que tantos prejuízos trouxeram aos investimentos, programas e políticas sociais". Mas não fez elogio claro à proposta. A oposição, como previsto, reagiu com dureza, sugerindo que a proposta pode gerar "uma fábrica de crimes de responsabilidade fiscal", como disse o deputado André Fufuca (PP-MA). De fato, ela estabelece que o descumprimento da meta de resultado primário não configura crime de responsabilidade fiscal, daí não haver previsão de punição.

Em análise serena publicada no Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação

Getúlio Vargas, Armando Castelar Pinheiro e Sílvia Matos apontam os principais desafios que a proposta terá de superar. As metas primárias (evolução de um déficit de 0,5% do **PIB** em 2023 até um superávit de 1,0% em 2026) exigirão, além de contenção da alta do gasto, "significativo aumento da carga tributária", por meio de correção de "algumas distorções tributárias". Além disso, parte do aumento da arrecadação pode vir de receitas não recorrentes, isto é, que não se repetirão automaticamente no futuro, razão pela qual não mais contribuirão para a redução da dívida pública a partir de determinado período. Por fim, os autores advertem que a regra do aumento real das despesas, acompanhada do piso para um conjunto de rubricas do orçamento federal, exigirá crescimento real e perene da receita.

Outras críticas foram feitas à exclusão, do limite de despesas, de mais de dez itens, alguns com peso expressivo nos gastos da União. Os que exigem ajuste fiscal rigoroso, com estabilização imediata da dívida pública como proporção do **PIB** e sua queda em seguida, apontam para a projeção do crescimento dessa relação nos próximos anos como sinal de inconsistência.

Sob esse manto de críticas, aspectos positivos da proposta estão sendo ignorados ou menosprezados. O limite de dispêndios sugerido no arcabouço é mais rigoroso do que o do antigo teto de gastos, pois a relação entre despesas e **PIB** no final do governo Lula será menor do que a observada no governo anterior. A lista de gastos excluídos dos limites é, em grande parte, decorrência de exigências constitucionais.

Em recente artigo, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega observou que a reclamação dos que exigem corte imediato e profundo de gastos é injusta. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse praticamente a mesma coisa em Londres. Ambos estão certos. A maior parte das despesas orçamentárias é de natureza obrigatória, ou seja, não pode ser cortada por decisão administrativa. Reduzir tais despesas depende até de mudança constitucional. E em boa parte elas crescem vegetativamente em valores reais. Por isso, nos últimos anos, os cortes de gastos, quando ocorrem, implicam sacrifício de um item essencial para a qualidade do serviço público, que são os investimentos. E um dos objetivos centrais do arcabouço fiscal é justamente recuperar a

capacidade do governo de investir - embora com limites, o que gerou críticas em partidos da base governista.

Por fim, mais do que desafios, a tramitação da proposta de política fiscal enfrentará riscos à sua integridade e coerência. Escolhido para relatar o projeto na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) afirmou que eventuais alterações no texto original serão para melhorá-lo. Os contribuintes e os cidadãos em geral adorariam acreditar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

*Relator do projeto na
Câmara afirmou que
eventuais alterações no
texto original serão
para melhorá-lo. Os
contribuintes e os
cidadãos em geral
adorariam acreditar*

Otimismo inicial com Lula deu lugar a cautela, dizem investidores estrangeiros

Thiago Amâncio *Washington*

Um otimismo inicial de investidores estrangeiros com o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em meio ao fim das incertezas na conturbada eleição presidencial do ano passado, deu lugar a certa cautela com dúvidas sobre a capacidade do novo governo em levar a cabo reformas estruturais, dizem analistas.

A reportagem ouviu economistas, operadores do mercado financeiro e analistas de multinacionais com operações no Brasil que participaram de eventos com autoridades em Washington em abril, durante as reuniões de primavera do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial -vários deles pediram anonimato por não terem autorização de suas empresas para entrevistas.

Em geral, a maioria elogia o novo arcabouço fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para reduzir a dívida pública. Quase todos, por outro lado, afirmam que atrapalham o ambiente de investimentos cobranças públicas de Lula sobre o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quanto às taxa de juros e falas sobre mudança da meta de inflação.

Anya Prusa, diretora sênior da Albright Stonebridge Group (ASG), consultoria americana para investidores estrangeiros, é uma das que elogiam o arcabouço. Ela faz a ressalva, porém, de que a proposta "é muito otimista quando se trata da receita arrecadada, o que vai depender de uma reforma tributária que pode demorar a passar no Congresso, e isso tomará difícil para o governo atingir suas metas fiscais no curto prazo".

"Os investidores ficam preocupados. Quanto mais demorar a aprovação do novo arcabouço e a proposta de uma reforma tributária, menos confiança têm", afirma ela, que participou de uma das reuniões que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez com estrangeiros durante sua passagem pela capital americana neste mês. Segundo Prusa, há dúvidas sobre o apoio a Lula no Parlamento para aprovar essas propostas.

O receito de investidores, no entanto, não é um privilégio do Brasil, e países emergentes perdem investimentos em meio à aversão ao risco com as

incertezas com o cenário global, como as tensões entre China e Estados Unidos e a Guerra da Ucrânia logo após o planeta passar por uma pandemia, segundo relatórios divulgados neste mês pelo FMI e Banco Mundial.

"É um desafio global, os fluxos de investimento em países em desenvolvimento se reverteram, e há saída de dinheiro", disse à reportagem o presidente do Banco Mundial, David Malpass. "É urgente para o Brasil ter boas políticas econômicas para acelerar o crescimento, e isso permitirá o gasto que o governo quer fazer com os propósitos sociais e ambientais para mudanças climáticas."

O diretor do órgão para Brasil, Johannes Zutt, que também elogia o arcabouço de Haddad, defende que o Brasil deve trabalhar para abrir mais sua economia, ainda muito fechada, na avaliação dele, e rever barreiras comerciais.

O banco americano JP Morgan fez um questionário com 200 de 2.600 participantes (online e presenciais) de três dias de eventos com investidores que a instituição organizou em Washington durante a semana de reuniões do FMI e do Banco Mundial. O banco recebeu em um desses eventos o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

O México aparece em primeiro lugar entre os países emergentes onde os investidores estão mais inclinados em investir, com 28,9%. O Brasil aparece em segundo, com 19,6%, mas o país costuma figurar em posição elevada por um viés dos participantes, muitos deles brasileiros, segundo os organizadores.

Por outro lado, o Brasil está em uma das últimas posições quando se faz a pergunta de onde os investidores querem diminuir os riscos, à frente apenas da Índia. "De uma maneira geral, ainda existe uma visão mais construtiva para ativos brasileiros", diz Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para América Latina na JPMorgan.

Segundo ela, porém, ainda não se percebe estrangeiros comprando ativos brasileiros, mas há intenção de fazê-lo. Relatório de março do banco chamava o México de "o lado bom da América Latina" e dizia que o Brasil estaria "entre os primeiros a ver

uma recessão".

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50257&maxTouch=0&_ga=2.162688249.414729696.1682305769-1380897342.1635735907

Zona Franca não terá mudança traumática

REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário diz que governo buscará solução para garantir emprego e renda na região

Aprovação é difícil, segundo especialistas

Marcelo Osakabe De São Paulo

Medida de maior impacto fiscal entre os anúncios feitos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a restrição à dedução de benefícios do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é considerada de difícil aprovação, segundo economistas e advogados.

Na análise da XP Investimentos, a decisão afetaria de forma muito significativa alguns setores da economia, em especial empresas varejistas, que já enfrentam um cenário econômico desafiador.

"Uma medida dessa agora teria um efeito econômico muito negativo, talvez superior ao benefício que o governo teria na arrecadação", afirma o economista Tiago Sbardelotto, da XP. "Vemos essa possibilidade como baixa no curto prazo. Talvez mais adiante e se houver algum escalonamento, já que esse impacto não poderia ocorrer de uma hora para outra." Para ele, o governo espera que o STJ restrinja o benefício apenas para o crédito presumido do ICMS, liberando os demais benefícios para inclusão na base tributável. "Do nosso ponto de vista, não faria sentido manter apenas para crédito presumido. Ou considera que tudo é subvenção, ou volta atrás." Para Thais Veiga Shingai, sócia da Mannrich e Vasconcelos Advogados, uma decisão favorável ao governo contrariaria um entendimento dado pelo próprio STJ em 2017, quando a corte entendeu que a incidência de **tributos** federais sobre incentivos de ICMS concedidos por Estados feria o pacto federativo. "Essa possibilidade gera alguma preocupação, já que as decisões passadas foram tomadas para encerrar um contencioso." Ela também diz ter dúvidas sobre o impacto na arrecadação. Isso porque, mesmo que o STJ deixe claro o que é subvenção de investimento e de custeio, ainda restarão divergências de entendimento entre empresas e Receita.

"É uma questão interpretativa. A fiscalização pode ter que provar que as empresas estão, de fato, interpretando erroneamente a subvenção que recebem", diz. "É uma situação semelhante ao que temos visto no tema dos insumos para creditamento de PIS/Cofins. O STJ deu o norte, o conceito, mas ainda é preciso olhar cada caso concreto para saber se ele cumpre os requisitos necessários." Para Eduardo Fleury, sócio e diretor da área tributária da FCR Law, mesmo em caso de decisão favorável ao

governo, a disputa pode não terminar ali. "Em tese, decisões de tema repetitivo, assim como os de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal [STF], são definitivas.

Obviamente, no entanto, sempre existe a chance de se encontrar algum questionamento de ordem constitucional. O Supremo já reconheceu que este não é tema para ele, mas também decidiu julgar matérias como contribuições previdenciárias sobre salários." Assim como o governo, a XP também estima o impacto da retirada de benefícios do ICMS da base do IRPJ e da CSLL em algo entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões.

Outras propostas ventiladas têm maior chance de aprovação, mas também impacto fiscal menor, diz Sbardelotto.

Em suas contas, a tributação de sites de apostas resultaria em algo como R\$ 12 bilhões. Já o fim do Juros sobre Capital Próprio (JCP), medida que constava na proposta de **reforma tributária** do ex-ministro Paulo Guedes, pode render em torno de R\$ 10 bilhões em arrecadação.

"Em nossa avaliação, tributar as apostas on-line é uma medida promissora. Teria menos resistência na sociedade e no Congresso", diz. "Sobre JCP, não vemos mais justificativa econômica para manter o benefício. Também teria aceitação do Congresso, que já discutiu a matéria." Para Fleury, que é consultor do Banco Mundial, o impacto fiscal do fim do JCP pode ser menor que o esperado pelo governo.

"No curto prazo, pode haver benefício.

Mas no médio prazo, sem que se limite a dedução de juros dentro da empresa, a mudança gera incentivo, por exemplo, para que os sócios reduzam o capital na empresa, constituam um fundo e comprem debêntures da mesma. O lucro [tributável] acaba reduzido da mesma forma." Já a proposta de identificar os beneficiários de renúncias fiscais, como pretende Haddad, segue gerando dúvidas quanto ao seu alcance.

A intenção de abrir a "caixa preta" foi anunciada em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo". Há dúvidas, porém, se ela pode ferir o sigilo fiscal dos envolvidos.

Para o tributarista da FCR Law, a medida é amparada

pela Lei Complementar 187, aprovada em 2021. "Acho uma questão justa, de transparência. O importante é que isso não se torne uma caça às bruxas. Até porque esses benefícios foram aprovados pelo Congresso e por várias gestões no Executivo, inclusive do PT." Thaís, por sua vez, entende que a divulgação teria que se restringir ao CNPJ das empresas. "Divulgar o quanto cada uma recebe de subvenção é uma informação sensível, poderia ferir o sigilo fiscal".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1§ion=1)**

Simplifica Já deve elevar carga tributária, diz Appy

Marta Watanabe De São Paulo

Seja no modelo único ou dual, o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que pode resultar da **reforma tributária** defendida pelo governo federal tem base ampla de incidência, incluindo mercadorias, serviços e também intangíveis, diz Bernard Appy, secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda.

Para ele, manter a atual segmentação na tributação entre mercadorias e serviços seria um problema no novo modelo.

"A segmentação entre mercadorias e serviços responde pela maior parte da cumulatividade do atual sistema tributário, que prejudica a competitividade da indústria brasileira.

Com o tempo isso tende a crescer, porque a indústria no mundo é cada vez mais intensiva em serviços", disse Appy.

A proposta do chamado "Simplifica Já", diz ele, pode elevar a já alta carga tributária atual sobre consumo entre 1,5 a 2,5 pontos percentuais do **PIB**, favorecendo sobretudo os grandes municípios em detrimento do crescimento do país e do federalismo, porque mantém a disputa pela tributação que existe hoje entre prefeituras e Estados. As declarações foram dadas em evento promovido ontem pela Abimaq, entidade que reúne as indústrias de máquinas.

Defendido por parte das prefeituras, além de entidades que reúnem serviços contábeis, escolas particulares e associações comerciais, o Simplifica Já propõe modelo que mantém em separado o Imposto sobre Serviços (ISS) cobrado dos municípios e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços dos Estados (ICMS).

Consolidado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/2023, o Simplifica Já defende legislação única para o ISS, com parte da arrecadação que pode ir para o destino e receita compartilhada entre os municípios com base em dados de notas fiscais. Para o ICMS a proposta é também de unificação do imposto, com alíquotas e transição que devem ser estabelecidas pelo Senado.

Alberto Macedo assessor especial na Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo e coordenador do Simplifica Já, diz que o movimento não é contra a **reforma tributária**. O objetivo da PEC 46/2023, diz ele, é "arrumar a casa, preparar a fundação para futuras reformas". Ele enfatizou as dificuldades políticas e o desafio das divergências setoriais para se garantir a aprovação de reforma reunindo vários **tributos** e com garantia de não cumulatividade plena.

O governo federal espera que o Congresso vote a proposta de **reforma tributária** com base na PEC 45/2019 e na PEC 110/2019. As duas propostas já tramitam no Congresso e estabelecem IVA a partir da aglutinação dos federais PIS, Cofins e IPI, além do estadual ICMS e do ISS municipal. Enquanto a PEC 45/2019 estabelece IVA único, com a junção dos cinco **tributos**, a PEC 110/2019 propõe IVA dual, com um IVA ou contribuição federal, com junção de PIS, Cofins e IPI, e outro IVA subnacional, a ser administrado conjuntamente por Estados e municípios.

O IVA que se espera, diz Appy, tem base ampla de incidência, não cumulatividade plena, com tributação no destino, dentro de um modelo que deve resultar em federalismo cooperativo. O sistema também deve ter, diz Appy, regras mais simples e a alíquota mais homogênea possível.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1§ion=1>

Em recado ao governo, Tarcísio diz confiar no Congresso para manutenção das reformas

-

Brasília

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse nesta segunda-feira, 24, confiar nos grandes homens públicos, em referência aos parlamentares, para manutenção das reformas aprovadas nos últimos anos no Congresso Nacional. Ele citou, como exemplo, a reforma trabalhista, o Marco do Saneamento, o Marco da Cabotagem e a Lei das Estatais.

Confiamos nesses grandes homens públicos para manutenção dessas reformas que são importantes, disse Tarcísio, ao afirmar que as reformas são fundamentais na garantia do capital privado no País. Ele participou nesta noite da convenção nacional do partido Republicanos.

A declaração foi feita no momento em que o governo federal propõe mudanças em reformas aprovadas nas gestões anteriores, como o Marco do Saneamento e a Lei das Estatais. A reforma trabalhista, aprovada durante o governo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB), também enfrenta críticas por parte do PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e governistas.

Tarcísio voltou a destacar que São Paulo, Estado que por anos resistiu à **reforma tributária**, apoiará a aprovação da matéria. O governador disse não **temer** a mudança da cobrança de **impostos** no destino, ou seja, no local onde a mercadoria é consumida, e não produzida como é hoje. A longo prazo, segundo ele, SP terá ganhos com a medida.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Em recado ao governo, Tarcísio diz confiar no Congresso para manutenção das reformas -

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/04/25/em-recado-ao-governo-tarcisio-diz-confiar-no-congresso-para-manutencao-das-reformas-.htm>

No caminho do fim dos subsídios

Por **Miriam Leitão**

O ministro Fernando Haddad promete revelar para onde vai e com quem fica o dinheiro dos **impostos** não pagos através das deduções ou isenções fiscais. Usou até uma expressão de fácil compreensão. Disse que vai "abrir a caixa preta das renúncias fiscais". De fato, há uma montanha de dinheiro que não chega aos cofres públicos, porém, ou o ministro detalha o que pretende fazer ou sua proposta vai ser tão real quanto um pote de dinheiro ao fim do arco-íris.

O ministro falou na entrevista ao "Estado de S.Paulo" em R\$ 600 bilhões que deixam de ser pagos pelos mais variados motivos e em diversos programas. A proposta de Orçamento para 2023, enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso, registrou R\$ 456 bilhões ou 4,29% do **PIB**.

A caça ao Tesouro só tem etapas difíceis. Interesses setoriais, regionais, corporativos e pessoais serão contrariados e, como sempre, vão se organizar em lobbies para defender sua vantagem. Na greve dos caminhoneiros, em 2018, o governo **Temer** propôs reduzir um benefício do setor de refrigerantes na Zona Franca de Manaus para cobrir o subsídio ao diesel. O argumento era que as empresas não pagavam **impostos** e se creditavam como se pagassem. Era apenas cortar os créditos indevidos. O executivo perdeu no Congresso.

Ontem o ministro Haddad foi ao STJ falar com o ministro Benedito Gonçalves, relator do processo da exclusão dos benefícios do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Explico: a empresa tem um benefício no estado e quer ter a mesma redução no imposto federal. Haddad tem razão de tentar mudar isso. A questão é que o ministro já conta com a receita de algo que está na Justiça e que, se o resultado for favorável ao governo, ainda pode haver recursos, embargos, e tudo o mais dos processos judiciais. Segundo Haddad, o valor é do tamanho de um "MEC inteiro" e equivalente a um "Bolsa Família". Segundo ele, isso mudaria "completamente o horizonte fiscal do país".

Para mudar o horizonte fiscal do país é preciso uma série de medidas que juntas reduzam o impacto das renúncias. Mas o que mais o governo vai propor e a que tempo? Haddad disse que não mudará o Simples e visto de longe é realmente estranho aumentar a taxa de pequenas e micro empresas. O problema é que o valor do faturamento para se enquadrar no

Simples aumentou tanto que isenção ficou alta demais.

O secretário Bernard Appy disse que a **reforma tributária** fará mudanças pequenas na Zona Franca de Manaus. Esse é um vespeiro que ninguém tem coragem de mexer e que tem lobby fortíssimo. É uma das maiores renúncias fiscais do país, então para aumentar a eficiência do país e melhorar a arrecadação deveria sim mudar mais do que um pouco.

Quando o ministro Haddad fala que as finanças públicas estão sendo "corroídas por uma série de dispositivos anômalos e completamente ilegítimos" é a mais pura verdade. No entanto, para deixar de ser apenas algo retórico e habitar o mundo das coisas concretas, o ministro precisa apresentar o que pretende realmente fazer. Por que as isenções, deduções, benefícios tributários, jabutis, vantagens e privilégios formaram ao longo dos anos e décadas um volume realmente expressivo. Cresceram mais ainda nos governos do PT. E são muito difíceis de serem eliminados por mais ilógicos que sejam os benefícios. Por que subsidiar o carvão, por exemplo, em plena era da mudança climática e da transição energética? Não faz sentido. Só que entra ano e sai ano permanece no orçamento esse subsídio.

O ministro precisa ver o que levou outros governos a serem derrotados. O governo **Temer** tentou taxar os fundos exclusivos. E claro que eles precisam pagar **impostos**. Mas perdeu. A ideia de acabar com os Juros sobre Capital Próprio também foi tentada e ficou pelo caminho. Haddad, ontem, explicou que é um truque pelo qual empresas rentáveis não declaram lucro, e o transformam artificialmente em JCP. "Então não pagam nem como pessoa jurídica, nem como pessoa física".

O ministro está coberto de razão quando vai por esse caminho, e tomara que tenha sucesso. Contudo, será preciso escolher os benefícios a eliminar ou distorções a corrigir, explicar bastante porque são assuntos áridos, e persistir quando a onda contrária vier. Pois ela vem. Cada subsídio, cada aproveitamento de brecha de elisão tributária, tem muitos defensores. No caminho do fim dos subsídios têm muitas pedras.

(Com Ana Carolina Diniz)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/04/no-caminho-do-fim-dos->

subsídios.ghtml

Jornalismo latino-americano viveu paradoxo na pandemia, conclui estudo

Julia Barbon buenos aires

Enquanto o mundo parava, o jornalismo teve que aquecer as máquinas. O setor viveu uma combinação particular e paradoxal durante a pandemia de Covid-19 na América Latina, concluiu um estudo publicado recentemente pela Associação de Entidades Jornalísticas Argentinas (Adepa).

Ao mesmo tempo em que lidava com uma demanda de informações e um ritmo de produção sem precedentes, sofria uma súbita queda de investimentos, uma piora nas condições de trabalho e importante reestruturação na forma de atuar virtualmente.

"Houve uma resposta bastante imediata considerando as condições", analisa o diretor executivo da organização, Andrés D "Alessandro. Para ele, o jornalismo não teve como fazer uma pausa naquela época para refletir sobre as mudanças, e foi isso que a entidade tentou fazer com o estudo.

A pesquisa "Transformações e Aprendizados dos Meios de Comunicação Ibero-Americanos no Pós-Pandemia", relatório de 170 páginas

realizado em conjunto com a ONG Infocudadana, revisou em 2022 centenas de publicações sobre mídia durante a crise sanitária, compilou dados públicos e entrevistou funcionários do setor na região.

A partir dessa análise, detectou que a diminuição dos investimentos em publicidade foi geral e fatal em muitos casos. Causou o fechamento de veículos menores e queda significativa na venda de publicações impressas, por exemplo, que costumam depender mais desse tipo de financiamento.

A consultora PwC estima uma diminuição de 21% do valor investido no papel de 2019 a 2021 na América Latina, o que contribuiu para uma queda de 16% na circulação. Somou-se a isso um temor dos assinantes no início por achar que a transmissão se dava pelo contato com superfícies, hipótese que depois acabou descartada.

O impacto da perda de financiamento foi visível nas Redações, principalmente na demissão de funcionários e na deterioração das condições de

trabalho. Só no Peru, foram mais de 500 demitidos até outubro de 2020, apontou um relatório do Instituto Reuters.

"Com muito pouco combustível, alimentado por energias alternativas provenientes do compromisso dos jornalistas e do sacrifício de empresários de mídia, o motor informativo continuou funcionando", escreveu Daniel Desein, o presidente da Adepa.

O grande volume de dados a serem processados foi uma dificuldade adicional, especialmente para meios que não tinham equipes especializadas. Mas essa lacuna foi rapidamente preenchida por instituições acadêmicas e novas plataformas, como o "Our World in Data", da Universidade de Oxford, em um importante alinhamento entre imprensa e sociedade.

Uma característica comum entre os países latino-americanos é que nenhum governo implementou medidas específicas para ajudar o setor jornalístico. As empresas se beneficiaram, porém, de políticas gerais como redução de **impostos**, de jornadas e de salários, como ocorreu no Brasil.

Outro paradoxo destacado pela pesquisa foi o enquadramento do jornalismo como essencial apenas na teoria. "Os jornalistas eram considerados essenciais, mas não contavam com o apoio de políticas públicas que lhes permitissem exercer essa essencialidade de forma plena e sem riscos para suas vidas", diz a cientista social Adriana Amado, presidente da Infocudadana.

O máximo foi a permissão de circulação em alguns países onde houve restrições gerais, como Colômbia, Bolívia, Panamá e Paraguai. Mas, no geral, o grupo não teve acesso prioritário à vacinação e registrou altas taxas de mortes.

A mudança para o trabalho virtual foi a mais relevante no período, segundo os entrevistados. Nesse aspecto a pesquisa destaca o caso brasileiro, citando que houve uma adaptação rápida das Redações, mas isso causou dificuldades para os funcionários que não tinham conexões estáveis ou estrutura suficiente em casa.

"Boa parte disso ficou como aprendizado. Várias Redações seguem em formato híbrido ou asando

dispositivos de teletrabalho", diz D'Alessandro. Ele cita ainda os impactos da falta de contato humano: "O jornalismo é uma atividade de pessoas, de comunicação, é uma construção coletiva."

Apesar de todas as adversidades, conclui o estudo, o jornalismo profissional foi a principal fonte de informação dos latino-americanos durante a pandemia de Covid-19.

Site:

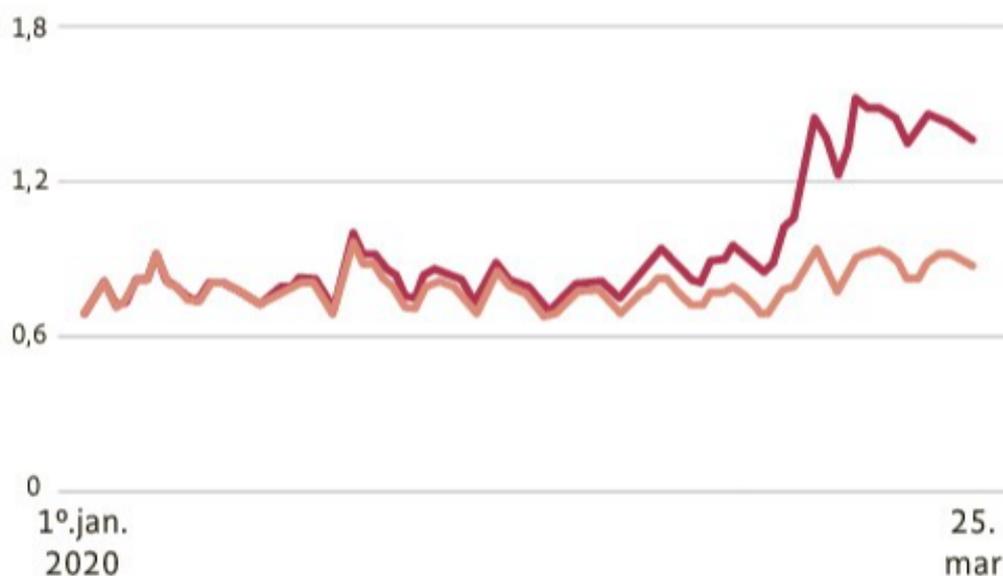
<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50257>

Jornalismo latino-americano na pandemia

Demanda por informações sobre Covid-19 cresceu subitamente

Em milhões de páginas vistas

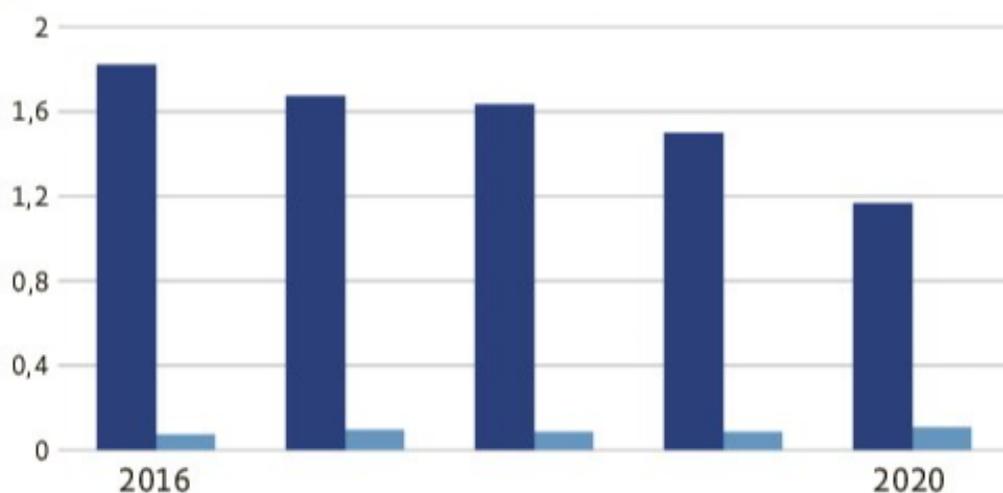
■ Notícias sobre Covid
■ Outras notícias



Ao mesmo tempo, publicidade em jornais caiu

Em bilhões de dólares investidos

■ Publicidade impressa
■ Publicidade digital



Fontes: Chartbeat e Adepa (Associação de Instituições Jornalísticas Argentinas)

O novo arcabouço é simples, previsível e crível? - CECILIA MACHADO

CECILIA MACHADO

Simplicidade, previsibilidade e credibilidade. Esses são três importantes princípios de um arcabouço fiscal que busca garantir estabilidade macroeconômica e criar condições para o crescimento. Uma regra simples é aquela que todos entendem e que comunica de forma clara as contrapartidas envolvidas nas escolhas. Já a previsibilidade permite inferir a evolução do gasto público ao longo dos anos e quais ajustes se farão necessário para garantir a solvência do estado. Por fim, uma regra é crível quando estabelece condições para o governo cumprir o que prometeu. Seria o arcabouço recém-anunciado simples, previsível e crível?

Em linhas gerais, o arcabouço estabelece o crescimento das despesas em função da arrecadação -com limites definidos no primeiro ano do novo governo para os quatro anos à frente- e uma meta de superávit primário (e projeções para os três anos seguintes) estabelecida anualmente em cada LDO. Os parâmetros, definidos a cada ciclo político, determinam a regra. Para os próximos quatro anos, o governo estabeleceu o crescimento real da despesa em 70% do crescimento real da arrecadação, não podendo ser menor que 0,6% nem maior que 2,5%, com um equilíbrio entre despesas e receitas (primário zerado) no ano que vem. Ao todo, esta é uma regra claramente expansionista, cujo ajuste se dá pelo lado da arrecadação, e implica o aumento de receitas na ordem de R\$ 150 bilhões já em 2024.

Por mais que possam existir diversas alternativas para ampliar a arrecadação, seja por meio da revisão de desonerações -como no caso da volta dos **impostos** sobre combustíveis-, com incentivos fiscais -como na Zona Franca de Manaus- ou até com a eliminação de brechas tributárias -como no imposto sobre mercadorias importadas de pequeno valor-, nossa história recente mostra que esses são ajustes impopulares e de difícil implementação.

Em 2024, o governo conta com arrecadação que vem da tributação de benefícios fiscais do ICMS, cujo impacto fiscal, estimado em R\$ 80 bilhões, além de ser incerto, depende do entendimento do STJ se esses podem ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e CSLL devidos à União.

Com relação ao funcionamento da regra, pode-se dizer que os critérios estabelecidos para a evolução dos gastos são objetivos, mas seus cálculos dependem de variáveis que são extremamente difíceis de projetar mesmo em um curto espaço de tempo, como 2 a 3 anos à frente. Por exemplo, as projeções para o crescimento real da receita dependem de inúmeros fatores, que vão desde crescimento até preços de commodities. E, quanto maior o horizonte, maiores são as incertezas sobre eles. Uma regra que depende de muitas variáveis desconhecidas (ou de premissas sobre o cenário econômico) perde simplicidade.

Além disso, a definição de uma meta de primário a cada LDO amplia as incertezas sobre a trajetória de primário que será perseguida nos quatro anos de governo, já que a definição de uma meta dissonante das projeções anteriores não é vedada. Dito de outra forma, por mais que a LDO estipule projeções de primário para os anos seguintes, a meta sempre pode mudar quando houver frustração de arrecadação, já que o não cumprimento da meta em um ano reduz o crescimento da despesa no ano seguinte (50% em vez de 70% do crescimento real da arrecadação). Isso faz com que as projeções de primário divulgadas na LDO deem pouca previsibilidade para a evolução da dívida ao longo de um governo.

E, considerando que cada novo governo pode redefinir os parâmetros do arcabouço de acordo com suas preferências, exercícios de projeção da trajetória da dívida pública por mais de quatro anos à frente adquirem aspecto de futurologia. Uma regra que muda a cada ciclo político não serve ao propósito de ancorar as expectativas de solvência do Estado.

Por fim, cabe notar que o novo arcabouço não dá subsídios para que o governo faça contingenciamento de gastos em caso de frustração de receitas nem caracteriza o não cumprimento da meta de resultado primário como crime de responsabilidade fiscal, diminuindo a chance de cumprimento do plano de voo estabelecido na LDO.

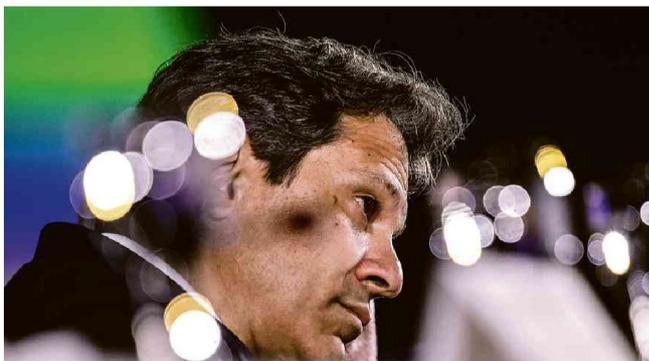
Muitos argumentam que uma das grandes vantagens do novo arcabouço é dar flexibilidade para que o governo eleito implemente as políticas que o elegeram. Nada mais justo. Mas uma regra complexa, que depende de variáveis incertas, com parâmetros

que são redefinidos a cada ciclo político, dão pouquíssima previsibilidade para a trajetória da dívida, especialmente na ausência de mecanismos que garantam, de forma crível, a observância da promessa.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50257&maxTouch=0&_ga=2.162688249.414729696.1682305769-1380897342.1635735907

Em nenhum país descumprir meta fiscal é crime, afirma Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante evento em Brasília. Gabinete Bilo - 13.mar.23/Folhapress

Nathalia Garcia *brasilía*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta segunda-feira (24) que nenhum país criminaliza as autoridades por descumprimento da meta fiscal, em defesa de dispositivo proposto no novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos.

O titular da pasta econômica também ponderou que o contingenciamento de recursos -mecanismo usado atualmente com objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário -se mostrou ineficaz para a gestão das contas públicas.

"Não conheço nenhum país que criminalize. Mas [tem] de ter uma regra robusta, somos os primeiros que estamos propondo uma regra clara. De que adianta você fazer uma regra dura, tipo o teto de gastos, e depois ficar aprovando emenda constitucional furando o teto? É um faz de conta. É melhor ter uma regra correta, uma regra sustentável, uma regra cobrável pela sociedade."

Haddad, contudo, disse que o Congresso tem sua autonomia e que manter a punição não faria grande diferença.

Segundo a proposta entregue pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional na terça-feira (18), o descumprimento da meta de resultado das contas públicas não vai configurar infração da lei.

O texto prevê apenas que o presidente da República forneça explicações ao Congresso caso o objetivo não seja cumprido, detalhando também quais medidas serão adotadas para correção do desvio.

A lógica é semelhante ao dispositivo do atual regime

de metas de **inflação**, no qual o Banco Central não é responsabilizado caso não atinja o alvo determinado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), mas o presidente da autoridade monetária precisa redigir uma carta endereçada ao ministro da Fazenda se justificando pelo ocorrido.

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) afirmou nesta segunda que o cronograma da agenda econômica no Congresso não será prejudicado caso seja instalada a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) dos atos golpistas de 8 de janeiro.

"Temos um calendário de votações prioritárias no Congresso, e esse calendário, sobretudo os temas econômicos, [é] absoluta prioridade do governo, está mantido e será preservado independente de instalação ou não de CPI."

Segundo Padilha, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) manterá o compromisso de apresentar o relatório do arcabouço até 10 de maio. Nesta segunda, foi designado o deputado Danilo Forte (União-CE) como relator do projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

No novo arcabouço fiscal, o governo também decidiu flexibilizar a necessidade de bloquear recursos durante o ano para cumprir a meta de superávit fiscal, de forma que a limitação de recursos passe a ser opcional.

Hoje, a legislação determina que o governo precisa elaborar relatórios bimestrais de avaliação de receitas e despesas prevendo se os números estão compatíveis com o objetivo a ser perseguido no ano. Caso os dados mostrem uma potencial frustração, os valores devem ser contingenciados.

Para Haddad, o bloqueio bimestral de recursos não é o modelo mais adequado para a gestão orçamentária. No texto do marco fiscal, o governo propõe a mudança da periodicidade de verificação dos números, com o relatório de avaliação de receitas e despesas passando a ser trimestral (ao fim dos meses de março, junho e setembro).

"Bloqueio preventivo a cada dois meses funciona mal, melhor ter um fluxo contínuo que você vai monitorando as despesas do que ter um garrote que é outro faz de

conta, você acaba prejudicando a boa gestão dos recursos públicos ao invés de fazer uma gestão macroeconômica consistente. O que é contínuo é melhor para fias de gerenciamento de orçamento", afirmou.

Como mostrou a Folha, a visão de integrantes do governo é que a necessidade de bloqueio de recursos vai estar presente de qualquer forma porque, caso o resultado fique desequilibrado, a penalidade virá em forma de menor expansão de despesas no ano seguinte.

Além disso, a previsão de dados desequilibrados poderia causar um dano à reputação do governo -o que forçaria o Executivo a tomar as medidas de ajuste necessárias.

O ministro também voltou a defender nesta segunda que a "caixa-preta das renúncias fiscais" precisa acabar e mais uma vez prometeu agir para coibir práticas abusivas em benefícios tributários.

"Por que quando você abre mão de R\$ 10 bilhões de arrecadação ninguém fica sabendo? Fica tudo escondido na caixa-preta das renúncias fiscais. Isso precisa acabar!"

De acordo com Haddad, são mais de R\$ 100 bilhões perdidos em "ralos que se abriram para drenar o recurso público". "Dá quase R\$ 600 bilhões que a União perde em nome de meia dúzia que fazem lobby no Congresso e no judiciário, ilegítimos."

Para o ministro da Fazenda, o julgamento no STJ (Superior Tribunal de Justiça) envolvendo a discussão sobre a exclusão ou não de benefícios fiscais ligados ao ICMS da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) será um "teste importante".

Segundo ele, a expectativa é que o tema seja levado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Nesta segunda, o titular da pasta econômica se reuniu com o ministro do STJ, Benedito Gonçalves, para tratar do caso.

Mercado volta a elevar expectativa para a **inflação**

O mercado voltou a elevar a expectativa para a **inflação** em 2023 mas manteve o cenário para os três anos seguintes, ao mesmo tempo que melhorou as contas para o desempenho econômico, mostrou a pesquisa Focus divulgada pelo BC (Banco Central) nesta segunda-feira (24).

A expectativa para a alta do IPCA neste ano subiu 0,03 ponto percentual, para 6,04%, Para 2024, 2025 e

2026, as estimativas seguiram respectivamente em 4,18%, 4,0% e 4,0%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25% e para 2024 e 2025 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o **PIB**, a estimativa de crescimento neste ano melhorou em 0,06 ponto percentual, para 0,96%.

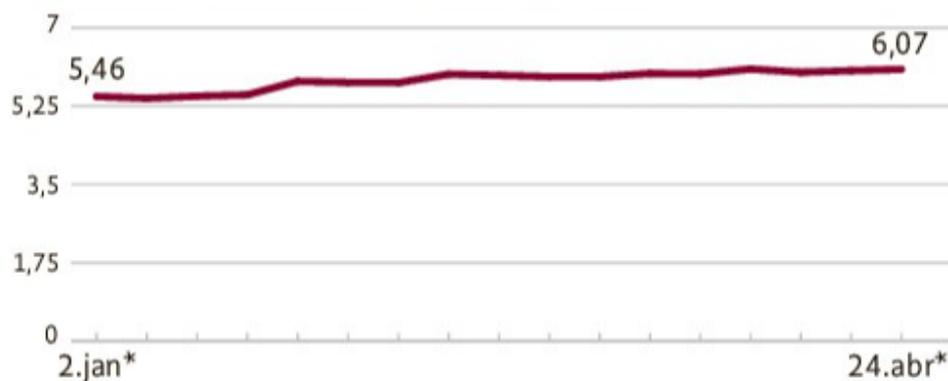
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50257&maxTouch=0&_ga=2.162688249.414729696.1682305769-1380897342.1635735907

A expectativa dos analistas do mercado

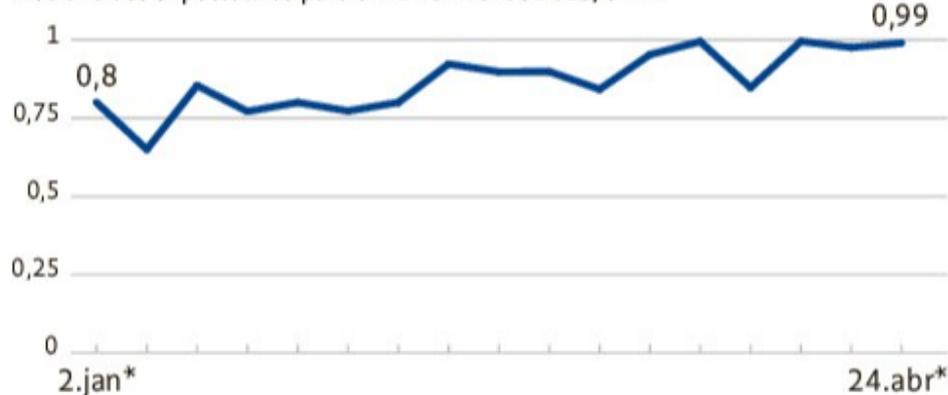
O que esperam os analistas para a inflação...

Mediana das expectativas para o IPCA no final de 2023, em %



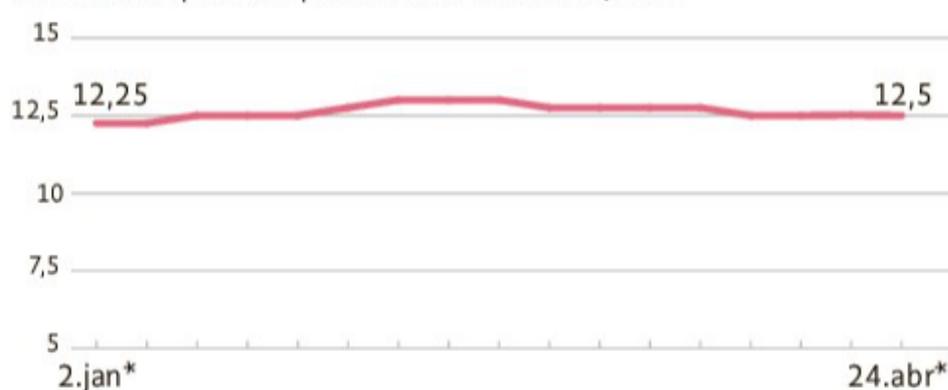
... para a atividade...

Mediana das expectativas para o PIB no final de 2023, em %



... e para a taxa básica de juros

Mediana das expectativas para a Selic no final de 2023, em %



* Expectativas informadas nos 5 dias úteis anteriores
Fonte: Banco Central - Focus

Os fortes argumentos dos serviços na reforma tributária (Artigo)

João Diniz Presidente da Cebrasse

Para alcançarmos a melhor solução para o País na **reforma tributária**, é imprescindível atenção aos argumentos dos mais diversos setores.

O debate não pode ser monopolizado na sociedade e no Congresso pelo lobby em favor das propostas atuais. "É preciso eliminar as distorções entre indústria e serviços" é um discurso simplista e enviesado, porém fácil de ser repetido sem reflexões mais densas.

Não são desejáveis propostas que beneficiem a grande indústria, cada vez mais automatizada, em detrimento dos demais setores, sob o discurso pouco crível do "ganha-ganha".

Como alguém com aumento de carga de 10% ou 15% para 25% ou 30% vai cair nessa?

Na linha da reforma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com alíquota única, transfere-se carga tributária dos bens nacionais e importados para os serviços, alimentos, construção, medicamentos e outros, com consequências desastrosas sobre a base empresarial, o emprego e as diferentes regiões. É fundamental melhorá-la.

Afirma-se que o setor de serviços, base da geração de empregos, não será prejudicado, pois "é formado por empresas do Simples Nacional, que não serão impactadas". Esse argumento é leviano. As empresas do Simples, incluindo as do Microempreendedor Individual (MEI), são 89,2% do total de empresas de serviços privados. São muito importantes, mas são apenas 9,8% da receita bruta desses serviços.

E as demais?

Nos serviços ao consumidor final, cujo **PIB** é maior que o da indústria de transformação e está espalhado por todo o Brasil, os efeitos são pesados. Um hotel ou uma academia de ginástica fora do Simples, com carga atual de 3% de Imposto Sobre Serviços (ISS), 3,65% de Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e mais resíduos tributários acumulados, com a "alíquota única", passará para 25% ou até mais. Pode-se falar em dobrar a carga.

Alíquotas altas de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nos serviços, alimentos e construção induzem à informalidade, destroem a base empresarial e o emprego e prejudicam a economia.

No caso dos prestadores de serviços a empresas, como segurança e asseio e conservação, há prejuízos nos Estados, pois a demanda tende a reduzir pela desestruturação da base contratante. A elevação da carga também reduzirá a demanda, por exemplo, do setor financeiro (cumulativo) e nos condomínios residenciais.

Esse tema é muito mais complexo do que parece em um discurso monolítico. Somos favoráveis à **reforma tributária**, desde que esta garanta a simplificação e competitividade, sem onerar os setores.

Desoneração da folha e alíquotas variadas precisam ser consideradas para construção de um consenso que permita crescimento com emprego e um futuro melhor para todos.

João Diniz, Presidente da Cebrasse

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

De boas intenções (Editorial)

É muito didática a entrevista do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao Estadão.

Ali está um governo que está prenhe de boas intenções. Mas o problema é que, como sabemos todos desde tempos imemoriais, de boas intenções o inferno está cheio.

Saliente-se, de saída, que Fernando Haddad é o que de melhor este terceiro mandato de Lula produziu.

Mereceria uma medalha por bravura só por resistir ao acintoso assédio petista contra seu regime fiscal.

Não é fácil aguentar a companheirada sabotando a mera sugestão de responsabilidade na administração do suado dinheiro do contribuinte.

Mas o ministro parece que começa a ceder. Se o novo regime fiscal depende de um forte aumento de arrecadação, como de fato depende, então Haddad precisa ser mais firme na sua bem-vinda cruzada contra os gastos tributários, que é como são chamadas as muitas exceções que privilegiam alguns setores da economia e subtraem arrecadação. Na entrevista, contudo, Haddad limitou-se a dizer genericamente que vai mexer em benefícios a empresas, que terão seus CNPJs expostos - como se criminosas fossem, malgrado estejam dentro da lei. Depois de anunciar essa caça às bruxas, Haddad elencou uma série de programas, setores e subsídios que não serão atingidos. Fazendo as contas, não sobra muita coisa para cortar.

Não parece ser uma boa estratégia, mas não se pode acusar o governo de Lula da Silva de incoerência: afinal, recorde-se que os gastos tributários atingiram quase 7% do PIB no final do mandarinato lulopetista encerrado em 2016. Se hoje esses gastos estão em pouco menos de 5%, foi por discreta iniciativa do governo de Michel **Temer**, que assumiu a Presidência depois do desastroso governo de Dilma Rousseff.

Haddad ainda merece o benefício da dúvida, pois o governo mal começou, mas deve saber que não tem muito lastro de credibilidade, mormente porque é petista e, ademais, porque é leal a um presidente que parece convencido de que dinheiro dá em árvore. Por isso, Haddad não pode se dar ao luxo de subestimar a inteligência alheia - como fez, por exemplo, ao comparar a meta de superávit fiscal com a meta de inflação.

Como se sabe, o projeto do novo regime fiscal dispensa o governo de cumprir a meta de superávit, bastando-lhe enviar mensagem ao Congresso para explicar por que não conseguiu e prometer melhor resultado da próxima vez. Isso torna a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) letra morta. "Não se criminaliza o presidente do Banco Central porque ele não cumpriu a meta de inflação", comparou Haddad.

Ora, a comparação é, na hipótese benevolente, esdrúxula: o Banco Central não controla a inflação, apenas os instrumentos para combatê-la; já o governo controla (ou deveria controlar) seus gastos, contingenciando-os sempre que a meta de superávit estiver sob ameaça. Se não o faz, como prevê a LRF, comete crime de responsabilidade, pois a meta de superávit está estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e é aprovada pelo Congresso.

Para quem precisa desesperadamente cultivar credibilidade para que se acredite nas suas boas intenções, não é prudente achar que todo mundo é bobo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado eleva para 6,04% estimativa para IPCA

I THAÍS BARCELLOS/BRASÍLIA

A projeção do mercado financeiro para a **inflação** neste ano voltou a aumentar, enquanto a estimativa para 2024 - horizonte mais relevante para a atual política monetária - ficou estável, mostra o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central.

A expectativa para o IPCA deste ano passou de 6,01% para 6,04%. Um mês antes, a mediana era de 5,93%. Para 2024, a projeção continuou em 4,18%, ante 4,13% de quatro semanas atrás.

Já a projeção para a taxa básica de juros no fim deste ano ficou estável. A mediana seguiu em 12,50% ao ano. No mês passado, pela quinta vez seguida, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano com o argumento de que a **inflação** ainda não havia recuado para um ponto de equilíbrio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda vai divulgar CNPJs com isenções fiscais



Benefícios do ICMS. Para Haddad, julgamento do STJ sobre o tema pode "mudar completamente o horizonte fiscal do país"

MANOEL VENTURA, RENAN MONTEIRO E GIAN AMATO* *Especial para O GLOBO*
economia@oglobo.com.br

O Ministério da Fazenda prepara a divulgação de uma lista de todas as empresas brasileiras beneficiadas por isenções e benefícios fiscais federais. A expectativa internamente é começar a divulgação dessa lista na próxima semana ou, no máximo, em 15 dias. Isso seria feito em dois blocos, mas os critérios ainda estão sendo fechados.

O ministro Fernando Haddad disse, em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, que pretende divulgar "CNPJ por CNPJ" das empresas que hoje são beneficiadas. Ele afirmou que a meta é cortar R\$ 150 bilhões dessas renúncias tributárias. No total, segundo o ministro, há R\$ 600 bilhões em benefícios deste tipo hoje no país, chamados por ele de uma caixa-preta "maior que o orçamento secreto".

Na entrevista, Haddad afirmou que seus planos de rever benefícios fiscais não incluem mexer no Simples nem na desoneração das folhas de pagamento.

Em conversa com jornalistas ontem, o chefe da equipe econômica se manifestou contra fixar uma punição ao presidente da República por eventual descumprimento das metas de resultado das contas públicas. O novo arcabouço fiscal não prevê punição caso o resultado fiscal que o governo deve perseguir seja descumprido. O resultado é calculado pela diferença entre receitas e despesas do governo.

Pelo projeto, caso haja descumprimento, o presidente da República precisará explicar os motivos ao Congresso, por meio de uma carta que também deverá apontar medidas de correção. Além disso, o crescimento das despesas no ano seguinte seria menor.

LULA VOLTA A CRITICAR JURO Haddad comparou o mecanismo ao da meta de **inflação**. O Banco Central (BC) precisa perseguir um índice, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e que varia dentro de um limite mínimo e máximo. Quando a **inflação** fica abaixo ou acima desse intervalo, o chefe do BC precisa fazer uma carta se justificando.

- Ninguém pune o Banco Central por descumprir a meta. O que eu acredito é você ter regras que tornem a gestão fiscal mais rígida. Não conheço nenhum país que criminalize. Do que adianta você fazer uma regra dura, como o teto de gastos, e depois ficar aprovando emendas constitucionais e furando o teto. Melhor ter uma regra sustentável -comentou Haddad, citando, por outro lado, que o Congresso tem autonomia para decidir por possíveis mudanças.

Nos anos de 2021 e 2022, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou fora do intervalo de meta estabelecido. Há perspectiva de a **inflação** continuar fora do limite máximo também em 2023. A meta de **inflação** para este ano é de 3,25%, com teto de 4,75%. O principal instrumento do BC para controlar a **inflação** é a Taxa Selic, hoje em 13,75% ao ano, motivo de crítica pelo governo.

Ontem, em Portugal, o presidente Lula afirmou que a Selic a 13,75% ao ano é muito alta e que ninguém toma dinheiro emprestado com esse percentual.

-A verdade é que um país capitalista precisa de dinheiro, e esse dinheiro tem que circular na mão de todos-disse. - A solução do Brasil é a gente voltar a pôr o pobre no Orçamento. É garantir que as pessoas pobres podem comprar.

Com atenção ao resultado das contas públicas para os próximos anos, Haddad esteve durante a manhã de ontem com o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves. O magistrado é relator do processo que discute a exclusão dos benefícios do

ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

RELATOR VAI NEGOCIAR TEXTO Para Haddad, o julgamento do STJ pode "mudar completamente o horizonte fiscal do país". De acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, a decisão tem impacto estimado de R\$ 47 bilhões no ano que vem.

- Isso tem um impacto muito grande nas finanças públicas, que estão sendo corroídas por uma série de dispositivos anômalos e completamente ilegítimos, que estão corroendo a base fiscal do Estado -afirmou o ministro.

Em outra frente, o relator do projeto do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), começa hoje uma série de reuniões para fechar o texto final da proposta. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar o projeto até 10 de maio.

Cajado terá reuniões hoje com as bancadas do seu próprio partido, que se classifica como independente, e do União Brasil. Juntos, os dois partidos têm 108 deputados. O governo precisa de pelo menos 257 votos a favor, entre 513 deputados.

Carnaval de 2023: Rio bate recorde na arrecadação de ISS

O carnaval carioca vai muito além da alegria e da manifestação de cultura popular. Também impacta - e como - a economia carioca. A arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) com turismo na festa deste ano levou a cidade a bater um recorde histórico. A prefeitura comemora a entrada no caixa, em fevereiro, de R\$ 25,7 milhões de ISS relacionado às atividades turísticas. Tal resultado foi o melhor para o segundo mês do ano na série da Secretaria municipal de Fazenda e Planejamento, iniciada em 2011. Foi ainda o segundo maior recolhimento mensal com o imposto ao longo do período, atrás apenas da Copa do Mundo de 2014, que teve a final no Maracanã e que rendeu R\$ 26,1 milhões, 1,7% acima de fevereiro deste ano.

Compilados pela Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (Sm-deis), em parceria com a Riotur, os valores dos anos anteriores foram atualizados, levando em consideração a **inflação** medida pelo IPCA do Rio. Na comparação com o último carnaval antes da pandemia, em 2020, a arrecadação de fevereiro agora foi 30,8% maior e 40,9% superior à registrada em fevereiro de 2022, quando os desfiles das escolas de samba foram transferidos para abril, por causa da variante Ômicron, da Covid-19, e os blocos não puderam ir para as ruas.

- O carnaval deste ano foi mesmo especial, porque marcou o retorno da festa com os desfiles das escolas de samba e com os milhares de blocos. A festa foi um sucesso nas ruas e também para a economia carioca, pois com essa arrecadação recorde será possível investir ainda mais, oferecendo novos e melhores serviços para a população -afirma o secretário Chi-cão Bulhões, de Desenvolvimento Econômico.

SEM RESTAURANTES Subsecretário da pasta, Marcel Balassiano explica que o ISS do turismo contabiliza principalmente o que é recolhido por meios de hospedagem e agências que atendem visitantes. Restaurantes e bares, por exemplo, ficam de fora, porque pagam ICMS.

- O carnaval de 2022 foi atípico. Tivemos menos turistas do resto do país e estrangeiros, e mais gente do Rio. O de 2023 foi o primeiro grande carnaval pós-pandemia - destaca Balassiano.

A VOLTA DOS ESTRANGEIROS O presidente da

Riotur, Ronnie Costa, acrescenta que, este ano, os estrangeiros voltaram com força, e a ocupação da rede hoteleira na cidade foi a maior dos últimos cinco anos.

- De acordo com dados do Ministério do Turismo, os turistas internacionais são em sua maioria da América Latina e dos Estados Unidos, e os nacionais, de São Paulo e do Paraná. O consolidado dos números apontou uma retomada de 91% dos turistas que entraram na cidade pela rodoviária no período do carnaval, comparado com 2019. Tivemos ainda 25 mil turistas a mais que chegaram pelos aeroportos. O turismo é um ativo fundamental para a economia da cidade -diz Costa.

O carnaval é o maior evento turístico do Rio. Em segundo lugar, vem o réveillon. Comparando as festas, o carnaval de 2023 arrecadou, em ISS de turismo, 47,3% a mais que a virada do ano de 2022 (R\$ 17,5 milhões).

R\$ 25,7
milhões

**Arrecadação
do ISS em fevereiro
passado**

O valor é 30,8% maior que
o do carnaval de 2020, antes
da pandemia de Covid-19

R\$ 17,5 milhões

**Quanto entrou nos cofres
da prefeitura no último
réveillon**

O ISS com o turismo no
carnaval deste ano foi 47,3%
superior ao arrecadado na
festa de ano-novo